



**EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES DE ANGOLA**

**ANGOLA TELECOM, E.P.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Nos termos do nº 1 do Artigo 33º (Documentos de prestação de contas) da Lei 11/13, de 3 de Setembro (Lei de Base do Sector Empresarial Público), apresenta-se o Relatório de Gestão da Angola Telecom, E.P., referente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

**ANGOLA TELECOM E.P.**

Edifício Sede da Angola Telecom – Rua  
das Quipacas n.º 186

Luanda – Angola

Telefone: (+244) 222 395 990

## Índice

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....                             | 1  |
| B. SÍNTESE DA ACTIVIDADE.....                                                            | 3  |
| B.1 Os Principais Indicadores .....                                                      | 3  |
| B.2 Os Resultados em 2020.....                                                           | 4  |
| B.3 Perspetivas para 2021.....                                                           | 5  |
| C. COMPOSIÇÃO DOS ORGAÕS SOCIAIS .....                                                   | 6  |
| C.1 Conselho de Administração .....                                                      | 6  |
| C.2 Conselho Fiscal .....                                                                | 7  |
| C.3 Auditor Externo.....                                                                 | 7  |
| D. ENQUADRAMENTO LEGAL .....                                                             | 8  |
| D.1 Nota Introdutória.....                                                               | 8  |
| D.2. Aspectos Regulamentares.....                                                        | 8  |
| D.3. Participações em Empresas .....                                                     | 9  |
| E. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....                                                    | 10 |
| E.1. Evolução da Economia Internacional .....                                            | 10 |
| E.2. Evolução da Economia Angolana.....                                                  | 11 |
| F. A ANGOLA TELECOM.....                                                                 | 12 |
| F.1 A Estrutura da Empresa.....                                                          | 12 |
| F.2 O Perfil Estratégico .....                                                           | 13 |
| G. ANÁLISE DA ACTIVIDADE .....                                                           | 14 |
| G.1 Financeira.....                                                                      | 14 |
| G.2 Comercial.....                                                                       | 16 |
| G.3 Operacional.....                                                                     | 17 |
| G.4 Recursos Humanos .....                                                               | 18 |
| H. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....                                            | 21 |
| I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....                                                       | 1  |
| H.1. BALANÇO .....                                                                       | 2  |
| H.2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA .....                                      | 3  |
| H.3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA.....                                               | 4  |
| J. NOTAS AS CONTAS.....                                                                  | 5  |
| 1. NOTA INTRODUTÓRIA.....                                                                | 5  |
| 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..... | 5  |

## RELATÓRIO DE GESTÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ)

---

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO .....                                                                                  | 5  |
| 2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....                                                                   | 6  |
| 3. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS SIGNIFICATIVOS..... | 13 |
| K. NOTAS AO BALANÇO .....                                                                                        | 14 |
| 18 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....                                                                      | 24 |
| 19 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....                                                                  | 30 |

## A. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em um ano fiscal repleto de desafios inesperados, regozijo-me de no exercício de gestão desta grande empresa, apresentar o quadro da instituição durante 2020, ano marcado pelo início da pandemia covid-19 em Angola e que nos mostrou o quão fortes somos para ultrapassar barreiras e vencer obstáculos.

Embora o período em análise tenha sido na vigência de um ano atípico e que afectou Angola e o mundo em diversos sectores da vida das empresas, concluímos 2020 com metas atingidas, o que nos regozija e motiva para mantermos o foco na melhoria da nossa prestação de serviço, numa fase em que, apesar do confinamento determinado pelas autoridades do país, a sociedade continuou a necessitar dos serviços da Angola Telecom.

Por tudo isso, acreditamos que nunca é demais partilhar os indicadores relevantes sobre os resultados da empresa nos últimos 12 meses de 2020, com destaque à liquidez geral, cujos indicadores apontam crescimento de 8,14% em 2019 para 10,03% no período em análise.

Apesar da rentabilidade dos capitais próprios ter caído em 2020 (23.87%), comparativamente ao ano anterior (39,81%), os resultados de forma geral são animadores e remetem ao engajamento e comprometimento que toda a equipa tem mantido para superarmos os nossos desafios, de modo que no próximo balanço possamos continuar a apresentar melhorias que se traduzam em números relevantes em cada sector desta empresa.

Enquanto algumas instituições se retraem em face à pandemia, este factor gera oportunidades, bem respondida com o aumento da cobertura em 4G e no incremento da exploração das redes de acesso, reafirmando o compromisso da Angola Telecom em manter o seu foco como empresa líder no País e merecedora da confiança dos clientes, num mercado cada vez mais competitivo, em alinhamento com a nossa missão.

Espera-nos um ano de 2021 com bastantes desafios, como a alienação de participações sociais da Angola Telecom de algumas das suas participadas, bem como também pelo enfoque em parcerias que permitam acelerar a mudança de quadro actual, capitalizando a empresa para garantir a prossecução dos seus objectivos estratégicos, orientados pelo accionista.

Aos nossos bravos colaboradores uma palavra de carinho por mais um ano árduo, no qual, apesar dos desafios impostos, não só mantivemos a nossa prestação de serviços, mas expandimos, melhorando a cobertura face o período anterior.

Num ano em que tivemos alterações nos órgãos sociais da empresa, fazemos uma menção de encorajamento aos novos membros, do qual contamos com o empenho e dedicação para garantir a continuidade e estabilidade da empresa, no actual contexto socioeconómico angolano e internacional. Aos membros cessantes uma palavra de agradecimento pelo desempenho e votos de sucesso.

Bem-haja Angola Telecom.

Um toque amigo.



## B. SINTESE DA ACTIVIDADE

### B.1 Os Principais Indicadores

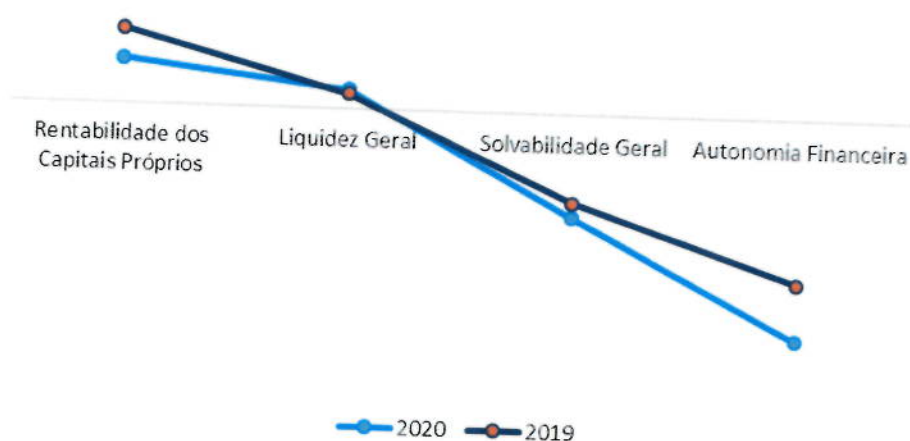
| Indicador                           | 2020   | 2019   |
|-------------------------------------|--------|--------|
| Rentabilidade dos Capitais Próprios | 23,87% | 39,81% |

| Indicador      | 2020   | 2019  |
|----------------|--------|-------|
| Liquidez Geral | 10,03% | 8,14% |

| Indicador           | 2020    | 2019    |
|---------------------|---------|---------|
| Solvabilidade Geral | -53,75% | -46,26% |

| Indicador            | 2020     | 2019    |
|----------------------|----------|---------|
| Autonomia Financeira | -116,24% | -86,09% |

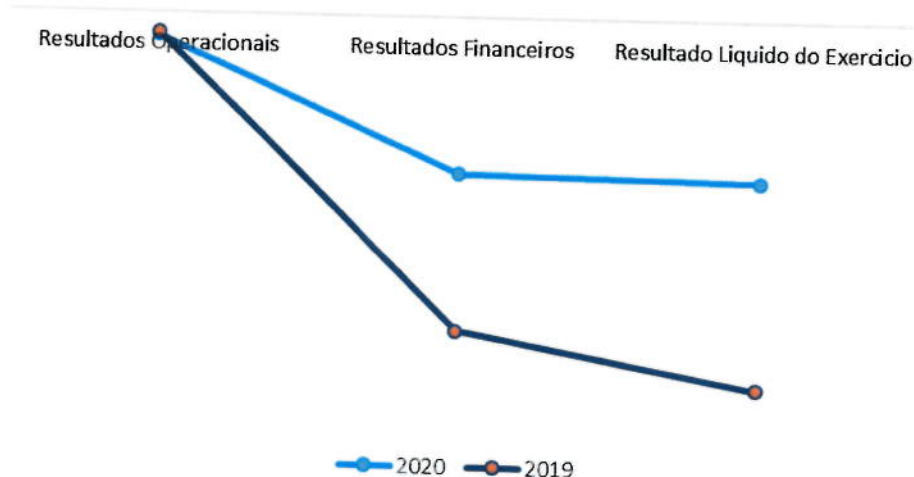
### Evolução dos Indicadores



## B.2 Os Resultados em 2020

|                                       | 2020                    | 2019                    | Δ               |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|
| Proveitos Operacionais (PO)           | 19 920 039 296          | 24 172 922 863          | -17,59%         |
| Custos Operacionais (CO)              | (24 646 092 996)        | (23 615 006 739)        | 4,37%           |
| Resultados Operacionais               | (4 726 053 700)         | 557 916 124             | -947,09%        |
| Amortizações                          | (9 476 000 706)         | (9 361 913 960)         | 1,22%           |
| <b>Resultados Financeiros</b>         | <b>(31 569 275 285)</b> | <b>(31 395 700 519)</b> | <b>0,55%</b>    |
| <b>Resultados Não Operacional</b>     | <b>3 808 122 337</b>    | <b>(10 409 764 855)</b> | <b>-136,58%</b> |
| <b>Resultado Líquido do Exercício</b> | <b>(32 487 206 649)</b> | <b>(41 247 549 250)</b> | <b>-21,24%</b>  |
| <b>EBITDA</b>                         | <b>4 749 947 006</b>    | <b>9 919 830 084</b>    | <b>-52,12%</b>  |

### Evolução dos Resultados Financeiros



Os Proveitos Operacionais totalizaram 19.920 milhões de AKZ no exercício de 2020, registou-se uma diminuição na ordem de 17,59% face ao exercício de 2019, esta variação negativa, deveu-se essencialmente na variação negativa registada na rubrica de prestação de serviços, ligada a actividade operacional desenvolvida pela empresa. Já os outros proveitos e ganhos operacionais sofreram uma redução pouco significativa. A diminuição da facturação de 2020 face a 2019 resultou na limpeza da base de dados da empresa (cancelamentos de linhas e de circuitos dos clientes e registou-se a desistência de alguns clientes).

Os Custos Operacionais, registaram um aumento de 4,37% face ao ano anterior.

O Resultado Operacional atingiu valor negativo, quando comparado com o ano anterior e apresentou uma evolução negativa na ordem de 947,09% estando em 4.726 milhões de AKZ negativos.

Em 2020, a empresa teve um Resultado Líquido negativo de 32.487 milhões de AKZ, já o Resultado Financeiro foi de 31.569 milhões de AKZ negativos, tendo aumentado em 0,55% face ao exercício de 2019.

Os Resultados Não Operacionais, registaram uma evolução negativa em 136,58% o que significa que houve menos correcções de anos anteriores, menos multas e penalidades contratuais comparativamente ao ano de 2019. Registou-se a reposição das provisões – cobrança duvidosa.

### B.3 Perspetivas para 2021

Com as profundas alterações do quadro macroeconómico e social no país, a Angola Telecom deverá consolidar o seu processo de reestruturação, mantendo o foco na melhoria do desempenho operacional, comercial, financeiro e de gestão de pessoas.

A par do programa de reestruturação e dos objectivos estratégicos da Tutela a Angola Telecom, pretende alavancar a relação com os seus clientes, reforçando o seu posicionamento como um operador de qualidade.

Em 2021, daremos continuidade as acções de contactos mais próximos com os nossos clientes por forma a identificar e implementar oportunidades de melhoria na relação comercial, para permitir um redireccionamento das necessidades de investimentos, quer em produtos e infraestrutura.

Continuaremos de igual modo, a apoiar as sete iniciativas-chaves definidas para a melhoria da eficiência operacional interna:

- (i) aumentar o rácio de cobrança da empresa e recuperar a dívida de clientes;
- (ii) estabilizar os custos operacionais de rede e capacidade;
- (iii) aumentar o volume de negócios;
- (iv) rejuvenescer a empresa com quadros especializados,
- (v) melhorar a informação de gestão;
- (vi) melhorar a cultura organizacional, implementação de um sistema de remuneração e benefícios efectivos;
- (vii) desenvolver e criar novos produtos para aumentar o fluxo de facturação.

Asseguraremos a consolidação para a implementação efectiva das ferramentas e softwares de suporte ao negócio e de gestão, que nos permitirão assegurar a nossa actividade de forma integrada. E continuaremos na melhoria dos processos financeiros, dos processos de compra e no alinhamento das diferentes equipas.

Perspetiva-se capacitar os recursos humanos para que possam adquirir competências técnicas e experiência para a implementação efectiva de processos de monitorização e controlo dos riscos, com vista a assegurar um ambiente de controlo interno eficaz. E dar sequência ao processo de revisão das políticas internas da empresa em matéria de recursos humanos, para um melhor e maior engajamento.

## C. COMPOSIÇÃO DOS ORGAÕS SOCIAIS

### C.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Angola Telecom é constituído por cinco membros.

Eng.º Adilson Miguel dos Santos  
Presidente



Dr.ª Inocência Natália Diakelwote M. Zongo dos Santos  
Administradora



Eng.º Edson Salek Francisco Pereira  
Administrador



Dr.º António Rodrigues Barbosa de Mascarenhas  
Administrador



Dr.º Yuri Venâncio Bernardo da Silva  
Administrador



## **C.2 Conselho Fiscal**

Dr. Victor Chia Chissamba  
Presidente

Dr. Dinis Cuanga  
Vogal

Dra. Katia Teixeira  
Vogal

## **C.3 Auditor Externo**

Ernest & Young, Angola

## **D. ENQUADRAMENTO LEGAL**

### **D.1 Nota Introdutória**

A Angola Telecom é uma empresa de direito angolano detido 100% pelo Estado Angolano, criada, pelo Decreto Nº 10/92 de 06 de Março como resultado da fusão das anteriores Empresas estatais ENATEL e EPTTEL. A fusão das duas empresas juntou os negócios (EPTTEL às comunicações internacionais e a ENATEL às comunicações domésticas), e todas as suas componentes técnicas e humanas.

A Angola Telecom presta a sua actividade de prestador de serviços de Uso Público com base no Decreto-Lei nº44/02 de 06 de Setembro.

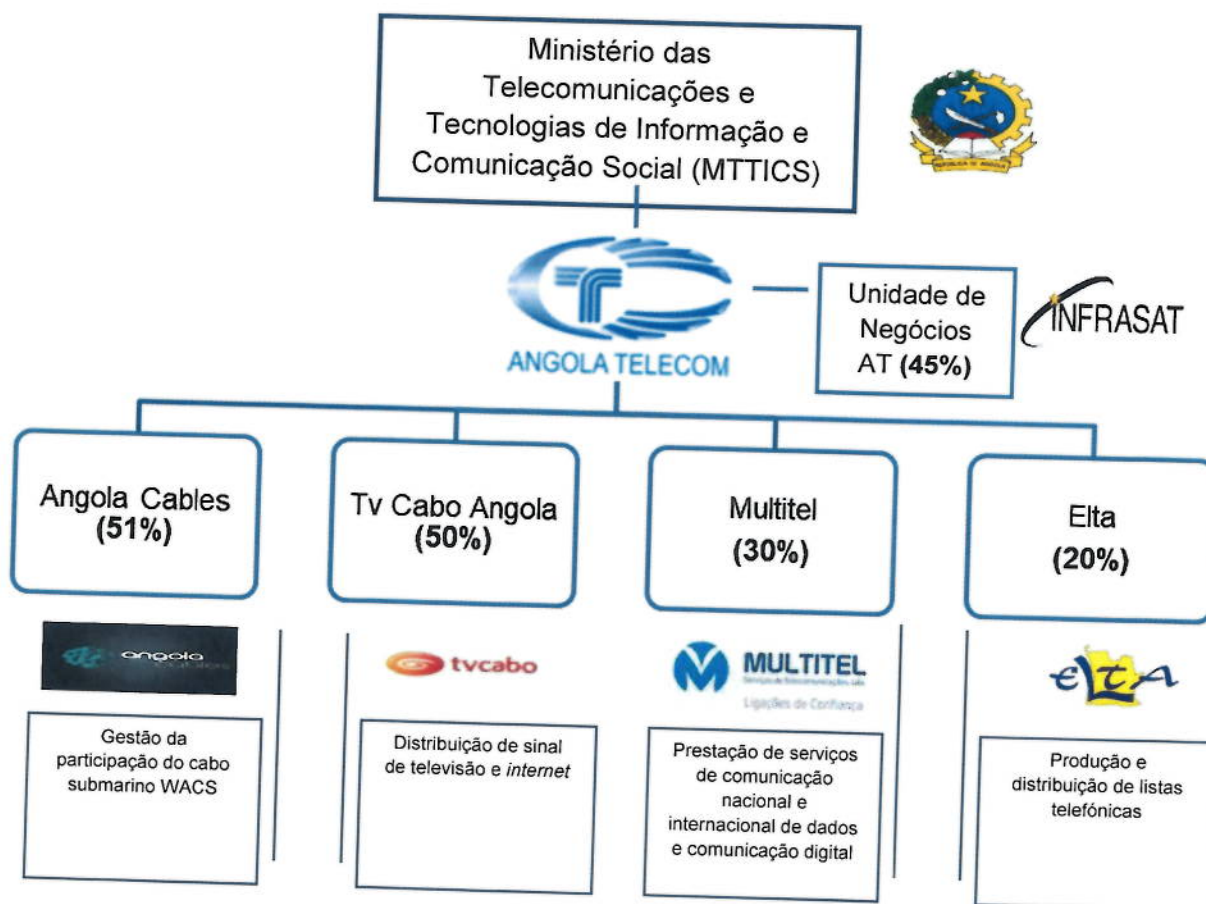
### **D.2. Aspectos Regulamentares**

No domínio legislativo-regulamentar, de acordo com o Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação (Livro Branco das TIC), a legislação em vigor é a que se lista abaixo:

- I. Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação (Lei n.º 23/11, de 20 de Junho);
- II. Regulamento das Tecnologias e dos Serviços da Sociedade de Informação (Decreto Presidencial n.º 202/11, de 22 de Julho);
- III. Regulamento Geral das Comunicações Electrónicas (Despacho Presidencial n.º 225/11, de 15 de Agosto) Revogado, em 03 de Outubro de 2017;
- IV. A Lei de Bases do Sector Empresarial Público – Lei 11/13 de 3 de Setembro;
- V. Decreto Presidencial n.º 166/14 – Regulamento que estabelece o Regime Jurídico Aplicável a todas Infraestruturas;
- VI. Decreto Presidencial n.º 122 de 09 de Junho de 2016 – Aprova o PERL- Plano Estratégico Sobre o Regime de Licenciamento;
- VII. Decreto n.º 13/04 de 12 de Março de 2014 – Aprova o Regulamento Geral de Interligação de Redes e Serviços de Telecomunicações de Uso Público; e
- VIII. Decreto nº 8/97 de 21 de Fevereiro que aprova o Estatuto da Angola Telecom, E.P..

### D.3. Participações em Empresas

#### Subsidiárias e Associadas



#### Outros Investimentos Financeiros

|                                       |                                                                                     |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Movicel<br>(18%)                      |  |
| Banco Comércio e Indústria<br>(0,45%) |  |
| RASCOM<br>(0,8215%)                   |                                                                                     |

Participações > 50% - Subsidiárias  
 Participações ≥ 20% a 50% - Associadas  
 Participações < 20% - Outros Investimentos Financeiros

## E. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### E.1. Evolução da Economia Internacional

De acordo com a avaliação do Fundo Monetário Internacional, para o ano de 2020 e das previsões da economia mundial para o ano de 2021, indica que no ano de 2020, o PIB da economia mundial decresceu em 4,9%, mais 1,9% que a previsão inicialmente projectada no mesmo ano.

Para 2021, o FMI prevê uma recuperação parcial, mais lenta, com um crescimento de 5,4%. Em dois anos, a economia mundial deve perder cerca de 12 trilhões de USD.

No final do ano de 2020, 75% dos países foram reabrindo as suas fronteiras, mas a pandemia estava a intensificar-se nos mercados emergentes.

Segundo o FMI, sem uma solução médica extensível a todos, a recuperação é muito incerta e o impacto sobre os sectores e países é desigual.

Com relação as regiões, a economia na zona do Euro caiu 1,2 e nos Estados Unidos 8%. O PIB da América Latina e do Caribe, reduziram 9,4%.

Os países da África Subsaariana regrediram 3,2%. Excepcionalmente no mundo, a China cresceu 1%.

Em termos positivos, temos a salientar as notícias sobre as vacinas e tratamentos que podem levar a uma retomada mais rápida. Entretanto, novas ondas de infecções podem reverter ganhos na abertura da economia. Para além da pandemia, as tensões geopolíticas e comerciais também prejudicam o comércio internacional, resultando numa previsão de queda de 12%.

Todos os países sem excepção foram afectados pela Pandemia, e nesse sentido, as economias avançadas decresceram 8% e os mercados emergentes decresceram com cerca de 3%. Em termos de rendimento per capita, este indicador decresceu mais de 95%.

Apesar, de alguma tentativa na retoma da actividade económica, essa tem acontecido de forma desigual.

Em termos de indicadores económicos, registou-se a queda da procura, ao nível dos sectores associados ao turismo, como viagens, hotéis, restaurantes e similares sofreram prejuízos neste período.

Assim, os países dependentes destes sectores sofreram este impacto e continuaram a sofrer por um período prolongado.

Por outro, registou-se aumento dos gastos nos sectores retalhistas.

No que respeita ao mercado do trabalho, foi severamente atingido e em velocidade recorde, principalmente para os trabalhadores de baixa renda e semiquilificados que não têm a opção de trabalho a distância.

A expectativa para 2021, é de que a actividade em sectores com muita mão de obra, nomeadamente hotéis e restaurantes permaneça moderada, o que pode piorar a desigualdade de renda e aumentar a pobreza.

O FMI afirma que o processo de recuperação da actividade económica está se beneficiando de um apoio político excepcional, particularmente nas economias avançadas. Nestes casos o apoio fiscal global, atingiu mais de 10 trilhões de USD.

Em termos de política monetária, foram feitos cortes nas taxas de juro, injeções de liquidez e compra de activos.

Segundo a organização, estas medidas conseguirão apoiar para a manutenção dos meios de subsistência e evitar falências em larga escala, ajudando assim a reduzir os danos duradouros na economia e contribuir na recuperação.

Dada a grande incerteza, os políticos devem se manter vigilantes, adoptando políticas consoante a evolução da situação.

Por último, em termos de política social, o FMI exorta que as pessoas que trabalham em actividades muito restringidas, devem receber apoio de renda, através de subsidio de desemprego, subsídios salariais e transferência de renda. Em relação as empresas, pagamentos de imposto e empréstimos podem ser adiados, garantias de créditos podem ser facilitadas e subsídios atribuídos.

O apoio político também deve estar voltado para as exortações incentivando ao regresso ao trabalho, facilitando a realocação de trabalhadores para sectores de procura crescente e apoiando treinamentos dos trabalhadores que enfrentam maior risco de desemprego de longa duração.

## E.2. Evolução da Economia Angolana

A economia Angolana decresceu 5,1% em 2020, tratando-se da maior queda do Produto Interno Bruto (PIB em pelo menos quatro décadas, confirmando-se a quinta recessão económica consecutiva. Os dados divulgados pelo Ministério da Economia, confirmaram a quebra de 8,3% no sector petrolífero.

O ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia da Covid 19, que moderou praticamente todas as economias mundiais, em especial a dos produtores de commodities, como o caso de Angola, que chegou a exportar o barril de petróleo a um preço médio de 15,41 USD em Maio, ou 21,73 USD em Junho. A queda do preço do barril de petróleo para valores a baixo dos 55 USD, considerando esse último o preço do barril de referência inscrito no Orçamento Geral do Estado para 2020, obrigou o governo de Angola a rever o orçamento, baixando o preço de referência para 33 USD, entretanto, o preço médio de exportação fechou nos 42,60 USD.

Além do preço de referência, o Governo de Angola também alterou a previsão de crescimento da economia, já que no primeiro orçamento apontava para uma saída da recessão, com um crescimento de 1,8%, com o PIB do sector petrolífero a crescer 1,5% e o do sector não petrolífero a crescer 1,9% (PIB da agro -pecuária cresceu 5,6%).

Em termos internos, o impacto da pandemia fez-se sentir nas restrições de circulação das pessoas, o que prejudicou o consumo, logo com impactos na produção interna e levou o encerramento de empresas. Nesta ordem de ideias, menos empresas significa mais desemprego e, segundo os cálculos com base no relatório do Instituto Nacional de Estatística sobre o emprego, somente em 2020, Angola perdeu 467 mil postos de trabalho formais e 1,3 milhões de Angolanos encontraram na informalidade a solução para sobreviver, aumentando assim para 8,7 milhões face a 2019, a população economicamente activa que se encontra nesta situação.

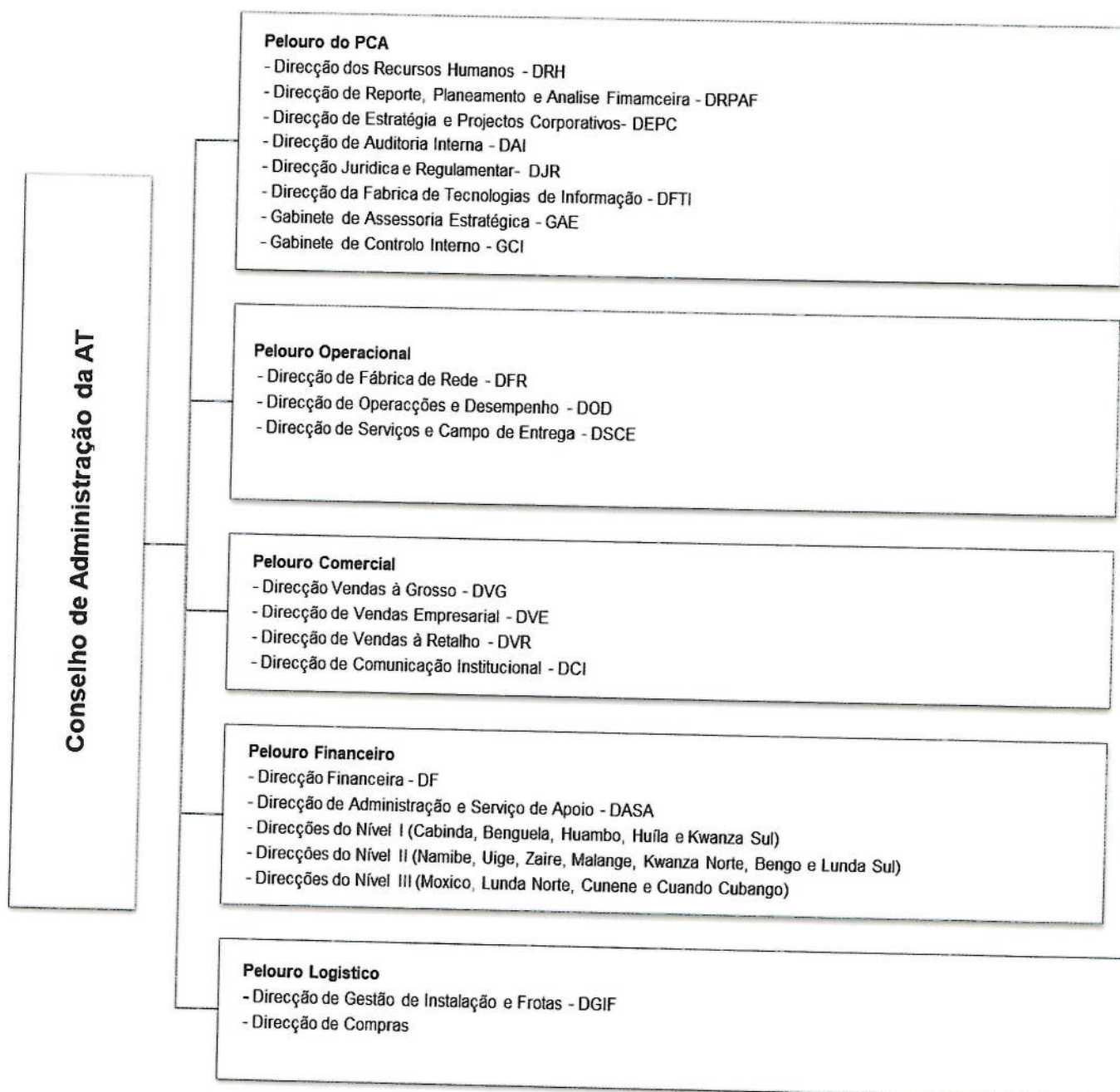
Fazendo um enquadramento, da situação económica do país e a evolução da Angola Telecom, consideramos que a Pandemia e a inflação desaceleraram o processo de reestruturação da empresa de telecomunicações de Angola, que se propõe melhorar os indicadores comerciais, operacionais e financeiros.

O apoio aos cidadãos em termos de prestação de serviços, durante o período do confinamento, foi prejudicado com dois cortes no cabo submarino internacional "Sat 3", influenciando negativamente a nossa produção.

Neste período a empresa cresceu muito do ponto de vista de retalho, mas com um impacto muito menor em relação aos clientes empresariais.

## F. A ANGOLA TELECOM

### F.1 A Estrutura da Empresa



## F.2 O Perfil Estratégico

### Visão

Ser líder em ligar Angola ao mundo e ao futuro, merecendo, todo os dias, a confiança dos nossos clientes e a sua preferência pelos nossos serviços de telecomunicações.

### Missão

Proporcionar serviços de telecomunicações acessível e de qualidade à todo o país, garantindo a auto-sustentabilidade da empresa e contribuindo na linha da frente para o desenvolvimento de Angola.

### Valores corporativos

A **Confiança**: Encaramos os nossos clientes como nossos parceiros, estabelecendo uma relação de confiança nos objectivos de cada um.

A **Diferenciação**: Somos diferentes pela positiva; agimos com rapidez e eficiência.

A **Excelência**: Procuramos a excelência, através da melhoria continua em tudo o que fazemos.

A **Integridade**: Assumimos e cumprimos os nossos compromissos com transparência e integridade.

A **Inovação**: Somos inovadores nas nossas ofertas de serviços.

O **Desenvolvimento**: Somos um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional.

### Responsabilidades Sociais

A Angola Telecom tem sobre si diversas responsabilidades sociais, desempenhando deste modo um papel activo para o progresso do país.

A Angola Telecom na qualidade de operador do estado angolano, tem como objectivos, a sua contribuição para o Orçamento Geral do Estado, a sua Autossustentabilidade e a sua contribuição para o Desenvolvimento Economico e Social do País.

E, é na sua contribuição para o Desenvolvimento Economico e Social do País, que diversas acções têm sido desenvolvidas junto as entidades públicas e privadas.

Na sequência dos projectos estatais, a Angola Telecom disponibiliza para o Governo angolano, a rede E-Gov que interliga os diversos ministérios.

A Angola Telecom patrocinou através da disponibilidade de linhas de internet, diversas instituições de ensino, nomeadamente: a escola pública do ensino geral, José Martí, localizada no Município do Sumbe na província do Kwanza Sul e ao Instituto Politécnico do Lubango nº 131, na província da Huíla.

No âmbito da implementação das actividades culturais, num momento em que a pandemia "COVID 19" assola o país e o mundo e nos impõe medidas severas de isolamento social, para nos protegermos. A empresa patrocinou durante ao ano de 2020, serviço de internet, para a transmissão das actividades nas plataformas digitais: facebook, youtube e instagram diversos Shows e eventos.

## G. ANÁLISE DA ACTIVIDADE

### G.1 Financeira

#### Proveitos operacionais

Em 2020, a estrutura de proveitos foi de 19 920 milhões de AKZ, tendo-se verificado uma diminuição na ordem de 17,59% face a 2019, influenciado pelo seguinte:

- I. Diminuição na prestação de serviços em 17,59%, fortemente afectado pelas acções comerciais no que diz respeito a limpeza da base de dados e a reorganização da carteira de clientes e seus contratos.

|                                               | 2020                  | 2019                  | Δ              |
|-----------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| <b>Vendas</b>                                 |                       |                       |                |
| <b>Prestações de Serviços</b>                 | 12 322 770 796        | 16 715 906 157        | -26,28%        |
| <b>Outros Proveitos e Ganhos Operacionais</b> | 7 597 268 500         | 7 457 016 707         | 1,88%          |
| <b>Proveitos Operacionais</b>                 | <b>19 920 039 296</b> | <b>24 172 922 863</b> | <b>-17,59%</b> |

#### Custos operacionais

Em 2020, a estrutura de custos foi de 24.646 milhões de Akz, tendo um aumento em 4,37% face a 2019, influenciada por:

- i. Os custos com pessoal mantiveram-se constantes face ao ano anterior.
- ii. As amortizações incidiram fundamentalmente no imobilizado resultante dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP) e o fim da amortização dos bens que atingiram o fim da vida útil. Para a imobilizações incorpóreas o reconhecimento da licença de concessão por parte do INACOM.
- iii. Registou-se um aumento de 8,89% dos outros custos e perdas operacionais associados a contratação de fornecimentos e serviços de terceiros.

|                                            | 2020                   | 2019                   | Δ            |
|--------------------------------------------|------------------------|------------------------|--------------|
| <b>CMVM</b>                                |                        | -16 154 704            | -100,00%     |
| <b>Custos Com Pessoal</b>                  | 4 879 289 857          | 4 786 178 565          | 1,95%        |
| Remunerações Orgão Social                  | 165 500 903            | 155 808 312            | 6,22%        |
| Remunerações Pessoal                       | 4 241 012 151          | 3 970 470 905          | 6,81%        |
| Encargos Sobre Remunerações                | 353 272 357            | 279 582 161            | 26,36%       |
| Seguros de Acidentes de Trabalho           | 58 992 974             | 30 184 738             | 95,44%       |
| Formação                                   | 3 204 591              | 11 870 052             | -73,00%      |
| Outros Custos Com Pessoal                  | 57 306 881             | 338 262 397            | -83,06%      |
| <b>Amortizações</b>                        | 9 476 000 706          | 9 361 913 960          | 1,22%        |
| Imobilizado Corporeo                       | 7 123 769 273          | 7 005 905 530          | 1,68%        |
| Imobilizado Incorporeo                     | 2 352 231 433          | 2 356 008 431          | -0,16%       |
| <b>Outros Custos e Perdas Operacionais</b> | -10 290 802 433        | -9 450 759 510         | 8,89%        |
| <b>Custos Operacionais</b>                 | <b>-24 646 092 996</b> | <b>-23 615 006 739</b> | <b>4,37%</b> |

## EBITDA

Em 2020, a margem do EBITA foi de 24%, que resultou essencialmente na diminuição de 17,59% dos proveitos operacionais e no aumento de 4,37% dos custos operacionais.

|                                        | 2020                  | 2019                 | Δ               |
|----------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------|
| Proveitos Operacionais (1)             | 19 920 039 296        | 24 172 922 863       | -17,59%         |
| Custos Operacionais (2)                | -24 646 092 096       | -23 615 006 739      | 4,37%           |
| <b>Resultados Operacionais 3=(1-2)</b> | <b>-4 726 052 800</b> | <b>557 916 124</b>   | <b>-947,09%</b> |
| Amortizações (4)                       | -9 476 000 706        | -9 361 913 960       | 1,22%           |
| <b>EBITDA 5=(3-4)</b>                  | <b>4 749 947 906</b>  | <b>9 919 830 084</b> | <b>-52,12%</b>  |
| <b>Margem de EBITDA</b>                | <b>24%</b>            | <b>41%</b>           |                 |

## G.2 Comercial

Em termos comerciais, 2020 foi um ano de trabalho, no sentido de melhorar a base de dados, rever a oferta comercial em termos de *pricings* e características técnicas, reorientar a sua força de vendas e conseguir simultaneamente ganhos significativos com os clientes e mercado. De igual modo, na melhoria do serviço ao cliente no sentido de ter princípios de actuação transversais as áreas para consolidação do suporte comercial.

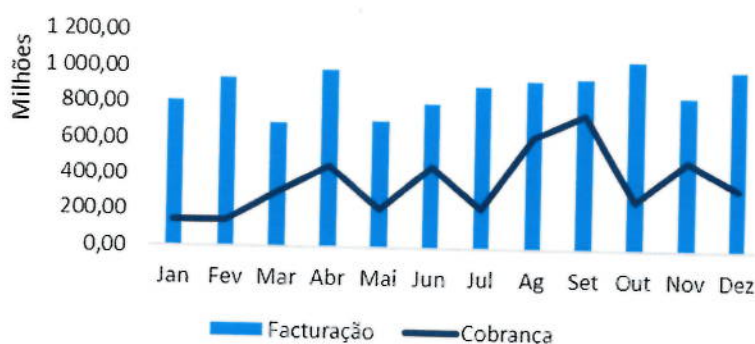
Importa referir que por consequência da pandemia, registou-se a redução de alguns clientes quer por diminuírem os colaboradores ou por encerrarem os seus negócios.

### Análise do volume de negócios

As vendas e prestações de serviços em 2020, foram de 12.322 milhões Akz, tendo-se verificado um decréscimo de 26,28% relativamente ao exercício anterior.

O volume de facturação gerado em 2020 foi de 19.920 milhões Akz, tendo-se verificado um decréscimo de cerca de 17,59% face a 2019.

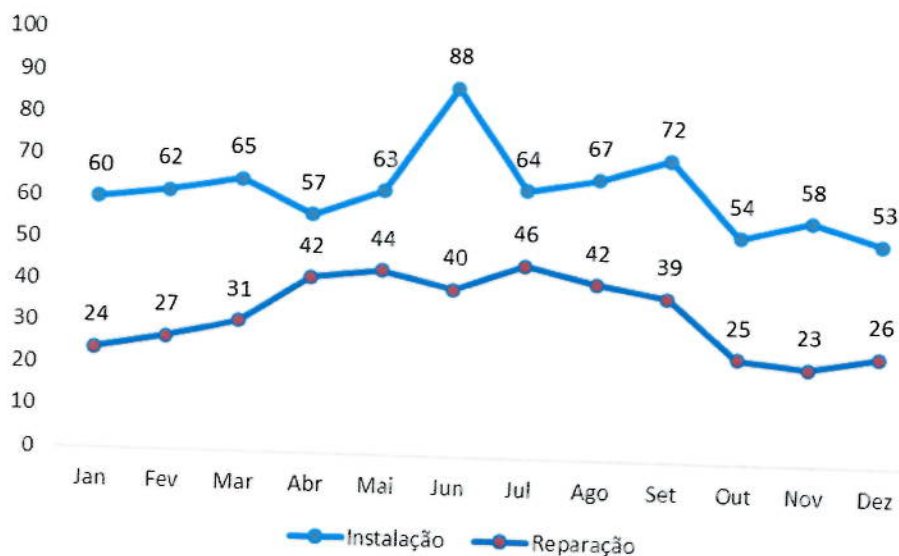
O total de cobranças dos serviços facturados, correspondeu a, aproximadamente, 42% do total do facturado no período. O comportamento evidencia o urgente esforço comercial no rácio de cobrança.



### G.3 Operacional

Com o intuito de melhor servir os seus clientes, a Angola Telecom tem vindo a acompanhar de forma mais próxima a sua rede de infraestruturas, ajustando as boas práticas e sistemas adequados para o negócio.

Ao longo do ano procurou-se aumentar o índice de desempenho na resolução dos problemas e pedidos de clientes, no sentido de reduzir o tempo médio de resolução dos pedidos, sempre com o propósito de fidelizarmos os nossos clientes.



c

## G.4 Recursos Humanos

### Colaboradores

No final de 2020, a Angola Telecom contava com 951 colaboradores efectivos, 19 estagiários e 756 colaboradores avançados.

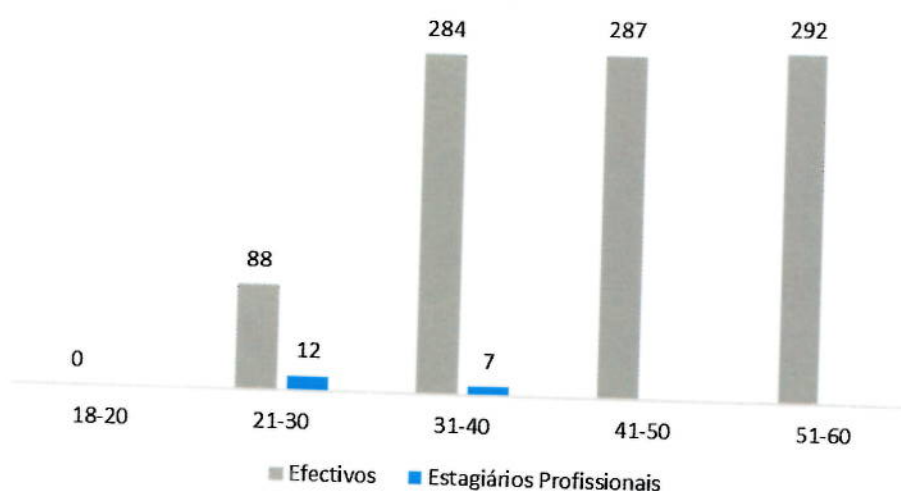
Do total de colaboradores no final do ano de 2020, a maior força motora da empresa está nas áreas operacionais, comerciais e provinciais, com 88,7% dos colaboradores. Os restantes 11,3% encontram-se afectos as áreas de Suporte.



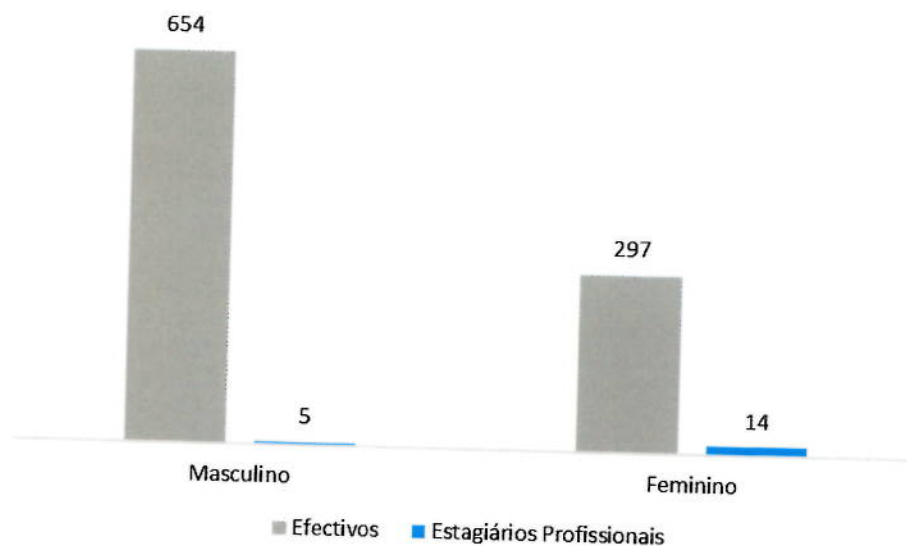
### Perfil dos colaboradores

#### Faixa etária e Género

Em 2020, verificou-se que 60,8% dos colaboradores efectivos está na faixa etária entre os 41 à 60 anos, que reflecte a progressão de carreira. No entanto, verifica-se que a empresa tem vindo a rejuvenescer o seu quadro de pessoal, sendo que em 2020, 39,2% dos colaboradores efectivos estão na faixa etária dos 21 aos 40 anos.

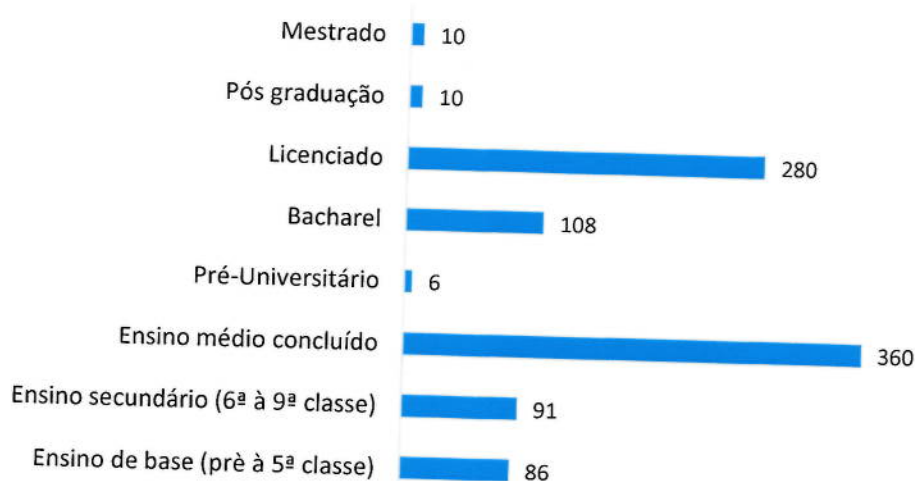


No que respeita a distribuição dos colaboradores por género, verificamos uma estrutura desequilibrada, onde 32% dos colaboradores (efectivos e estagiários) é do género feminino e 68% do género masculino.



#### Habilitações literárias

No que respeita a habilitações literárias, o número de colaboradores efectivos detentores de certificado de ensino superior, é 43%. No global, verifica-se que 57% dos colaboradores tem o curso médio e ou básico, o que certifica que a empresa deve apostar na valorização do seu capital humano.



#### Formação

A empresa tem vindo a fazer um esforço para reforçar a capacitação dos colaboradores para a valorização dos seus profissionais.

Durante o ano de 2020, foram implementadas 15 acções de formação, incluindo palestras, seminários, workshops e cursos específicos, no âmbito da implementação do Plano de formação anual, Foram beneficiados 176 participantes e estas acções de formação tiveram uma carga horaria de 259 horas.

**I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### H. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício negativo no montante de 32.487.206.649 Kwanzas, seja transferido para Resultados Transitados.

Luanda, aos 28 de Maio de 2021

O Presidente do Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ)



**H.1. BALANÇO**

Balanço Em 31 de Dezembro de 2020  
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ)



|                                             | Notas | 2020                    | 2019                    |
|---------------------------------------------|-------|-------------------------|-------------------------|
| <b>ACTIVO</b>                               |       |                         |                         |
| <b>Activo não corrente</b>                  |       |                         |                         |
| Imobilizações corpóreas                     | 4     | 70.968.342.415          | 78.134.981.790          |
| Imobilizações incorpóreas                   | 5     | 17.765.561.878          | 20.117.793.310          |
| Investimentos em empresas sub. e associadas | 6     | 8.224.391.075           | 7.515.727.673           |
| Outros activos financeiros                  | 7     | 331.378.081             | 331.378.081             |
| Outros activos não correntes                | 9     | 1.341.110.299           | 2.049.773.702           |
| <b>TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE</b>         |       | <b>98.630.783.749</b>   | <b>108.149.654.556</b>  |
| <b>Activo corrente</b>                      |       |                         |                         |
| Existências                                 | 8     | 0                       | 148.860.578             |
| Contas a receber                            | 9     | 14.726.203.755          | 10.292.262.961          |
| Disponibilidades                            | 10    | 361.969.943             | 397.444.293             |
| Outros activos correntes                    | 11    | 3.363.981.755           | 1.356.442.913           |
| <b>TOTAL DO ACTIVO CORRENTE</b>             |       | <b>18.452.155.453</b>   | <b>12.195.010.746</b>   |
| <b>TOTAL DO ACTIVO</b>                      |       | <b>117.082.939.201</b>  | <b>120.344.665.301</b>  |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>            |       |                         |                         |
| <b>Capital próprio</b>                      |       |                         |                         |
| Capital                                     | 12    | 16.195.410.000          | 16.195.410.000          |
| Prestações suplementares                    | 12    | 30.769.614.103          | 30.769.614.103          |
| Reservas                                    | 13    | 5.044.782.284           | 5.044.782.284           |
| Fundo social                                | 13    | 523.832.313             | 523.832.313             |
| Resultados transitados                      | 14    | -156.138.533.662        | -114.890.984.411        |
| Resultado líquido do exercício              | 14    | -32.487.206.649         | -41.247.549.250         |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>             |       | <b>-136.092.101.610</b> | <b>-103.604.894.961</b> |
| <b>Passivo não corrente</b>                 |       |                         |                         |
| Empréstimos de médio e longo prazo          | 15    | 1.792.816.802           | 0                       |
| Benefícios pós-emprego                      | 17    | 11.530.973.322          | 14.114.084.467          |
| Provisões para outros riscos e encargos     | 18    | 1.989.705.435           | 2.095.420.471           |
| Outros passivos não correntes               | 19    | 53.823.960.072          | 58.016.035.856          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE</b>        |       | <b>69.137.455.630</b>   | <b>74.225.540.793</b>   |
| <b>Passivo corrente</b>                     |       |                         |                         |
| Contas a pagar                              | 19    | 180.023.818.442         | 145.864.042.041         |
| Empréstimos de curto prazo                  | 20    | 206.853.070             | 0                       |
| Outros passivos correntes                   | 21    | 3.806.913.668           | 3.859.977.428           |
| <b>TOTAL DO PASSIVO CORRENTE</b>            |       | <b>184.037.585.181</b>  | <b>149.724.019.469</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                     |       | <b>253.175.040.811</b>  | <b>223.949.560.262</b>  |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>   |       | <b>117.082.939.201</b>  | <b>120.344.665.301</b>  |

A Administradora Financeira

*Inocência Natália D. M. Zango Santos*  
Inocência Natália Diakelwote M. dos Santos

O Técnico de Contas

*Carolina Teixeira*  
Carolina de Gouveia João Teixeira  
Nº da Ordem 20160141

O Presidente do Conselho de Administração

*Adilson Miguel dos Santos*  
Adilson Miguel dos Santos  
ANGOLA TELECOM, S.A.  
Luanda

## H.2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA

Demonstração de Resultados por Natureza  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019  
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)



|                                                  | Notas | 2020                   | 2019                   |
|--------------------------------------------------|-------|------------------------|------------------------|
| Prestações de serviços                           | 23    | 12.322.770.796         | 16.715.906.157         |
| Outros proveitos operacionais                    | 24    | 7.597.268.500          | 7.457.016.707          |
|                                                  |       | <b>19.920.039.296</b>  | <b>24.172.922.863</b>  |
| Custo mercadorias vendidas e das mat. consumidas | 27    | 0                      | -16.154.704            |
| Custos com o pessoal                             | 28    | -4.879.289.857         | -4.786.178.565         |
| Amortizações                                     | 29    | -9.476.000.706         | -9.361.913.960         |
| Outros custos e perdas operacionais              | 30    | -10.290.802.433        | -9.450.759.510         |
|                                                  |       | <b>-24.646.092.996</b> | <b>-23.615.006.739</b> |
| <b>Resultados operacionais</b>                   |       | <b>-4.726.053.700</b>  | <b>557.916.124</b>     |
| Resultados financeiros                           | 31    | -31.569.275.285        | -31.395.700.519        |
| Resultados não operacionais                      | 33    | 3.808.122.337          | -10.409.764.856        |
| <b>Resultados antes de impostos</b>              |       | <b>-32.487.206.649</b> | <b>-41.247.549.250</b> |
| Imposto sobre o rendimento                       | 35    | 0                      | 0                      |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>            |       | <b>-32.487.206.649</b> | <b>-41.247.549.250</b> |

A Administradora Financeira

*Inocência Natália D. M. dos Santos*  
Inocência Natália Diakelwote M. dos Santos

O Técnico de Contas

*Carolina Teixeira*  
Carolina de Goveia João Teixeira  
Nº da Ordem 20160141

O Presidente do Conselho de Administração

*Adilson Miguel dos Santos*  
Adilson Miguel dos Santos  
Luanda

H.3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro 2019  
(Montantes expressos em Kwanzas - AKZ)



|                                                             | Notas | Dez-2020        | Dez-2019        |
|-------------------------------------------------------------|-------|-----------------|-----------------|
| <b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>                            |       |                 |                 |
| Recebimentos de clientes                                    |       | 4 637 321 539   | 4 903 650 943   |
| Pagamentos a fornecedores                                   |       | (2 630 042 723) | (1 508 160 410) |
| Pagamentos ao pessoal                                       |       | (3 465 081 236) | (3 608 777 664) |
| Caixa gerada pelas operações                                |       | (1 457 802 420) | (213 287 131)   |
| Fluxos de Caixa Antes das Rubricas Outras Act. Operacionais |       | (253 992 905)   | (126 786 159)   |
| Outros Recebimentos Relativos a Actividade Operacional      |       | 40 155          | 451 443 166     |
| Outros Pagamentos Relativos a Actividade Operacional        |       | (254 033 060)   | (578 229 326)   |
| Fluxo de Caixa Antes das Rubricas Extraordinárias           |       | -               | -               |
| Caixa Líquida Proveniente de Actividades Operacionais (1)   |       | (1 711 795 325) | (340 073 290)   |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>                         |       |                 |                 |
| Recebimentos provenientes de:                               |       |                 |                 |
| Juros e proveitos similares                                 |       | 25 031 134      | 22 749 367      |
| Dividendos                                                  |       | 120 000 000     | -               |
|                                                             |       | 145 031 134     | 22 749 367      |
| Pagamentos respeitantes a:                                  |       |                 |                 |
| Imobilizações corpóreas                                     | 4     | (3 970 460)     | (2 210 040)     |
|                                                             |       | (3 970 460)     | (2 210 040)     |
| Caixa Líquida usada nas Actividades de Investimento (2)     |       | 141 060 674     | 20 539 327      |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>                        |       |                 |                 |
| Recebimentos provenientes de:                               |       |                 |                 |
| Empréstimos Obtidos                                         |       | 1 548 228 619   | -               |
|                                                             |       | 1 548 228 619   | -               |
| Pagamentos respeitantes a:                                  |       |                 |                 |
| Juros e custos similares                                    |       | (1 894 668)     | (15 589 041)    |
|                                                             |       | (1 894 668)     | (15 589 041)    |
| Caixa Líquida usada nas Actividades de Financiamento (3)    |       | 1 546 333 952   | (15 589 041)    |
| Efeito das diferenças de câmbio (4)                         |       | (11 073 651)    | 753 109         |
| Aumento Líquido da Caixa e Seus Equivalentes                |       | (24 400 699)    | (335 123 005)   |
| Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício            | 10    | 397 444 293     | 731 814 189     |
| Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício               | 10    | 361 969 943     | 397 444 293     |

A Administradora Financeira

O Presidente do Conselho de Administração

Inocência Natália D. M. dos Santos  
Inocência Natália Diakewote M. dos Santos

Adilson Miguel dos Santos  
Adilson Miguel dos Santos

Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Carolina Teixeira  
Carolina de Gouveia João Teixeira  
Nº da Ordem 20160141

## J. NOTAS AS CONTAS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Empresa de Telecomunicações de Angola – ANGOLA TELECOM, E.P. (“Empresa” ou “Angola Telecom”) foi criada pelo Decreto n.º 10/92, de 6 de Março de 1992, com a designação inicial de Empresa de Telecomunicações de Angola – Unidade Económica Estatal, na sequência da extinção da EPTel e da ENATEL, entidades governamentais até então responsáveis pelas telecomunicações internacionais e nacionais, respectivamente. Nessa data, todos os activos e passivos, bem como a força de trabalho destas entidades, transitaram para a Empresa. O Decreto n.º 8/97, de 21 de Fevereiro de 1997, complementado com o Decreto Presidencial n.º 288/11, de 1 de Novembro de 2011, veio alterar os Estatutos da Empresa, conferindo-lhes a redacção actual. O capital da Empresa é integralmente detido pelo Estado Angolano.

O objecto social da Empresa, definido pelos seus estatutos, consiste na prestação de serviços fundamentais de telecomunicações domésticas e internacionais, abrangendo, nomeadamente, o serviço de telefone e o serviço comutado de transmissão de dados. Para a prossecução do seu objecto social, pode ainda a Empresa: (i) Estabelecer, desenvolver e explorar as infra-estruturas que constituem a rede básica de telecomunicações; (ii) Instalar e explorar infra-estruturas de serviços complementares de telecomunicações e prestar serviços de telecomunicações de valor acrescentado, desde que licenciados nos termos da lei aplicável; e (iii) Exercer actividades comerciais e financeiras relacionadas directa ou indirectamente com a sua actividade principal ou outras actividades permitidas por lei, mediante prévia autorização do Ministro da Tutela. Os principais serviços de telecomunicações prestados pela Empresa são os relacionados com o serviço telefónico fixo e de aluguer de circuitos de dados (*internet*).

A Empresa é pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pela Lei de Base do Sector Empresarial Público, de 3 de Setembro de 2013, que revogou a Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro de 1995 (“Lei das Empresas Públicas”), pelos seus Estatutos e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Comerciais e demais disposições legais vigentes.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos da continuidade das operações, do custo histórico, da especialização ou acréscimo, da efectivação das transacções, da substância sobre a forma, da materialidade, da prudência, da objectividade, da não compensação de saldos, da consistência e da comparabilidade.

De acordo com o PGCA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 82/01, de 16 de Novembro, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados por natureza ou, em sua substituição, a Demonstração de Resultados por funções;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo ou, em sua substituição, a Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método indirecto; e
- As Notas às contas.

Pese embora a situação líquida da Empresa, em 31 de Dezembro de 2020, ser negativa (i, capitais próprios negativos), O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro, nomeadamente o impacto da pandemia “Covid-19”. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa, com o apoio continuado por parte do Estado, dispõe de capacidade para manter as suas actividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O Despacho n.º 44/2008, de 10 de Novembro de 2008, do Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social criou a unidade de negócios Infrasat. Sendo que, desde a criação daquela entidade como unidade de negócio, apesar de a mesma ter sido dotado de autonomia Administrativa e Financeira, as contas foram sempre integradas na Angola Telecom. Com efeito a partir de 2018, depois da constituição da Sociedade em 21 de agosto de 2017, no âmbito do Despacho presidencial n.º 209/17 de 30 de

Junho de 2017, as demonstrações financeiras daquela Sociedade deixaram de estar integradas na Angola Telecom.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro 2020 são apresentadas em Kwanzas ("AKZ").

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 da Angola Telecom foram elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade da República de Angola (doravante "PGC"), aprovado pelo Decreto n.º 82/2001, de 16 de Novembro.

As presentes notas às demonstrações financeiras observam os requisitos de divulgação e de relato financeiro previstos no PGC, respeitando a numeração sequencial aí definida. As notas cujas numerações são omissas não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é materialmente relevante para a leitura e compreensão das demonstrações financeiras anexas.

Conforme convenção estabelecida no PGC, não existe obrigatoriedade de preparar notas para as rubricas que apresentem saldos inferiores a 10% do total do activo líquido em 31 Dezembro de 2020 (no caso de rubricas de balanço) e 5% do total dos proveitos operacionais do exercício findo nessa data (no caso de rubricas da demonstração dos resultados). Não obstante, a Empresa derroga esta convenção sempre que entenda existir necessidade de proceder a divulgações além das obrigatórias para uma melhor compreensão das suas demonstrações financeiras.

## 2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das presentes demonstrações financeiras foram as seguintes:

### a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis a menos de um ano da data do balanço e que sejam expectáveis que se realizem no decurso normal das operações são classificados como correntes.

Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

### b) Imobilizações corpóreas

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, a Empresa revalorizou o seu imobilizado corpóreo adquirido até àquela data, tendo por base um estudo de inventariação e valorização dos activos da Empresa, realizado em anos anteriores por uma entidade especializada e independente, que qualificou o valor de uso desses bens, o qual passou a constituir o respectivo custo considerado ("deemed cost"). O estudo de avaliação supra referido quantificou também a vida útil estimada dos bens, o que permitiu o recálculo das respectivas amortizações acumuladas.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas imputáveis à compra, líquido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade, quando aplicável. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, em anos:

|                                | Vida útil |
|--------------------------------|-----------|
| Edifícios e outras construções | 8 a 50    |
| Equipamento básico             | 4 a 20    |
| Equipamento de transporte      | 4 a 14    |
| Equipamento administrativo     | 3 a 20    |
| Outras imobilizações corpóreas | 3 a 20    |
| Imobilizações incorpóreas      | 3 a 15    |

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que ocorrem. As grandes reparações e beneficiações em imobilizado corpóreo, que impliquem um acréscimo da respectiva vida útil, são registadas como activo e amortizadas ao longo do seu tempo de vida útil estimado.

Os ganhos e perdas nas alienações de imobilizações corpóreas, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Resultados não operacionais".

c) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias a incorrer para colocar o imobilizado operacional, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade, quando aplicável.

O imobilizado incorpóreo é reconhecido apenas quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período estimado de vida útil.

As imobilizações incorpóreas são constituídas, essencialmente, por programas de computador, os quais se encontram a ser amortizados até 8 anos.

d) Investimentos em empresas subsidiárias e associadas

Em conformidade com o estabelecido no PGC, as participações financeiras detidas em empresas subsidiárias e associadas são mensuradas ao custo de aquisição, líquido dos correspondentes ajustamentos para investimentos financeiros destinados a garantir que esse montante não excede a respectiva quantia recuperável, não estando prevista a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas. Os dividendos são registados como proveitos quando os mesmos são recebidos.

Sempre que o montante pelo qual a participação se encontra registada seja superior à sua quantia recuperável é reconhecido um ajustamento para investimentos financeiros em resultados do exercício na rubrica "Resultados não operacionais". Eventuais reversões das provisões são também imediatamente reconhecidas em resultados do exercício.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Nas situações em que o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição é registada uma provisão para depreciação de existências, de forma a reflectir o seu valor realizável.

As existências são compostas, essencialmente, por equipamentos de telecomunicações necessários à prestação dos serviços de telefone, dados e *internet* e pelos respectivos cartões de recarga, antenas e outros equipamentos associado à fornecimento de serviços de telecomunicações

f) Activos e passivos financeiros

(i) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu custo histórico, resultante da taxa de conversão da Unidade de Taxa de Telecomunicações ("UTT") em Kwanzas à data da emissão da factura. As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas em balanço pelo respectivo valor nominal, deduzidos dos ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa.

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa são registados após análise do risco global de crédito associado aos saldos a receber de clientes e outros devedores, com base em taxas específicas por antiguidade de saldo, que se estima reflectirem as perdas prováveis pela não cobrança das contas a receber. Assim, tendo em conta o disposto, a Empresa manteve os mesmos pressupostos referente às provisões para cobrança duvidosa que, de forma genérica, consistem no seguinte: (i) Dívida superior à 12 meses é provisionado em 100%, (ii) dívida em mora a mais de 6 meses a provisionado em 50%.

Adicionalmente, a Empresa procede a uma análise casuística dos saldos em dívida, nomeadamente em função do perfil de cliente, do histórico de cobranças e liquidações subsequentes.

Os custos relacionados com o reforço dos ajustamentos para cobranças duvidosas são registados por contrapartida de “Resultados não operacionais”, sendo subsequentemente revertidos, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada.

**(ii) Instrumentos de capital próprio**

Consideram-se instrumentos de capital próprio os que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa, após dedução dos seus passivos.

As prestações suplementares recebidas do Estado são registadas na rubrica “Prestações suplementares” no capital próprio, em virtude de, em substância, consubstanciarem prestações adicionais de capital, não reembolsáveis nem onerosas.

**(iv) Contas a pagar e outros passivos correntes**

As contas a pagar e os outros passivos correntes são registados pelos valores contratuais, conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações cambiais ocorridas.

Os outros passivos correntes correspondem essencialmente às contas de encargos a repartir por períodos futuros, relacionadas com as imobilizações subsidiadas ainda em construção, ou que ainda não se encontram totalmente amortizadas.

**(v) Caixa e equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica “Disponibilidades” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica de “Disponibilidades” compreende também os descobertos bancários incluídos no Balanço na rubrica de “Empréstimos de curto prazo”, quando aplicável.

**(vi) Outros activos financeiros**

Os outros activos financeiros com o objectivo de serem detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes (“outros activos financeiros”) excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço (neste caso, registados como “títulos negociáveis”, na nota de Disponibilidades). Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais provisões para perdas destinadas a garantir que o custo não excede o valor de realização.

Nestas rubricas encontram-se incluídas Obrigações de Tesouro (“títulos de dívida pública”), cujas as condições da taxa de juro anual são calculadas sobre o valor nominal actualizado de acordo com a variação da taxa de câmbio de referência das operações de compra do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Nacional de Angola. Na data de vencimentos dos juros, a Empresa reconhece os rendimentos financeiros directamente na Demonstração de Resultados.

**g) Especialização dos exercícios**

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporais entre o reconhecimento dos proveitos e dos custos e as respectivas receitas e despesas são relevadas na rubrica de balanço de “Outros activos correntes”, “Outros passivos não correntes e contas a pagar” e “Outros passivos correntes” (ver Notas 11, 19 e 21).

**h) Provisões para riscos e encargos e passivos contingentes**

As provisões para riscos e encargos são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação possa ser estimada com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a probabilidade de uma saída de recursos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando a Empresa tem um plano detalhado, formalizado e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

i) Rédito

Os proveitos decorrentes directamente da actividade normal da Empresa (vendas e prestação de serviços) são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento.

A facturação dos serviços de telecomunicações é efectuada numa base mensal. Sempre que a facturação não é conhecida, os montantes são registados com base numa estimativa do tráfego ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente. As fontes de rédito actuais da Empresa são as seguintes:

(i) Prestações de serviços:

Telefone fixo: (i) Tráfego efectuado por clientes finais, o qual pode ser pré-pago ou facturado com base no tempo e tarifário contratado; e (ii) Tráfego de interligação com outros operadores de telecomunicações, o qual é facturado com base no tempo e tarifário contratado.

Os proveitos associados ao tráfego pré-pago são reconhecidos quando os cartões pré-pagos são vendidos, ao invés de quando os clientes efectuam as chamadas. É convicção do Conselho de Administração da Empresa, com base em dados históricos, que numa base continuada, a não especialização deste rédito não produz distorções materialmente relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

*Internet* e dados: tráfego telefónico que é gerado no serviço de acesso à *internet* e serviço de dados.

(ii) Vendas:

Os proveitos com a venda de equipamentos (telefones, *modems*, cabos de conexão, etc.) são reconhecidos no momento da venda, líquidos de descontos concedidos.

j) Subsídios

Os subsídios obtidos do accionista (Estado) têm a seguinte tipologia:

- Subsídios ao investimento; e
- Subsídios à exploração.

Os subsídios ao investimento recebidos do Estado apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e que esses subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos nas rubricas de "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como proveitos do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos activos cuja aquisição se destinam.

Os subsídios à exploração respeitam a compensações por custos incorridos, pelo que os mesmos são reconhecidos como proveitos do exercício de forma sistemática durante os períodos em que se reconhecem os custos que os mesmos pretendem compensar.

k) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio oficial em vigor na data da transacção.

Os itens não monetários permanecem à taxa de câmbio histórica.

À data do balanço é efectuada a actualização cambial de todos os activos e passivos monetários, aplicando-se a taxa de câmbio fecho oficial. As principais taxas de câmbio, em 31.12.2019 e 31.12.2018, são conforme seguem:

| Moeda | 2020   | 2019   | Var.   | Var. % |
|-------|--------|--------|--------|--------|
| EUR   | 798,43 | 540,82 | 257,61 | 48%    |
| USD   | 649,60 | 482,23 | 167,38 | 35%    |
| SDR   | 939,98 | 666,84 | 273,14 | 41%    |

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração de resultados do exercício em que foram determinadas como proveitos e custos na rubrica "Resultados financeiros".

**I) Responsabilidades assumidas perante o pessoal**

**(i) Férias, subsídio de férias e subsídio de natal**

De acordo com a legislação vigente na República de Angola, os trabalhadores têm anualmente direito a 1 mês de férias remuneradas acrescido de subsídio de férias de igual montante, encargo este que representa um direito adquirido em função dos serviços prestados durante os onze meses anteriores ao do seu pagamento.

Adicionalmente, os trabalhadores têm anualmente direito a um subsídio de Natal que corresponderá, no mínimo, a 50% do salário base, sendo que a Empresa garante o pagamento como subsídio de Natal e de férias à 100% do salário base.

Assim, no final de cada exercício, a Empresa constitui uma responsabilidade para os encargos relativos com férias e subsídios de férias, que serão pagos no exercício seguinte, a qual é registada na rubrica de "Outros passivos correntes" (ver Nota 21).

**(ii) Benefícios dos empregados a longo prazo**

A Empresa aprovou em Junho de 1996 um regulamento interno no qual garante aos trabalhadores reformados e no activo os seguintes benefícios:

- Complemento de reforma, cujos benefícios poderão representar entre 10% a 30% do último salário base recebido pelo trabalhador no momento da passagem à reforma;
- Pensão de Sobrevivência, pensão a que os cônjuges têm direito após a morte do trabalhador ou pensionista, cujos benefícios podem representar entre 10% e 25% do último salário base recebido pelo trabalhador no momento da passagem à reforma;
- Protecção de reforma, em que a Empresa assume as responsabilidades com salários e segurança social a pré-reformados, entre as datas em que estes trabalhadores deixaram de estar ao serviço da Empresa e a data elegível para a reforma;
- Atribuição de um telefone de residência e de um subsídio de telecomunicações aos trabalhadores pré-reformados e reformados; e
- Atribuição de um subsídio de funeral.

O valor presente das responsabilidades com benefícios aos empregados é calculado com base em metodologias actuariais, as quais utilizam determinados pressupostos financeiros e actuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos financeiros e actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios aos empregados estão descritos na Nota 17. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos actuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

**(iii) Benefícios do Plano de Saúde**

Os trabalhadores da Angola Telecom beneficiam do Plano de Saúde em vigor, baseado nos seguintes princípios e pressupostos:

- Trabalhadores no activo e na situação de pré-reformados, através do desconto de 1% sobre a remuneração-base da categoria profissional correspondente;
- Trabalhadores reformados e seus agregados familiares, através do desconto de 1% sobre o valor da pensão de reforma ou de 5% sobre o complemento de reforma, consoante o que for superior;
- Trabalhadores no activo e na situação de pré-reforma e seus agregados familiares, através do desconto adicional de 1,5% sobre a remuneração-base ou sobre o valor que resultar do somatório da pensão de reforma e do complemento de reforma no caso dos reformados.

A adesão ao Plano de Saúde é facultativa, mas mantém-se pelo período de um ano, podendo os trabalhadores da Angola Telecom que dele sejam beneficiários suspender (ou renovar) a sua inscrição, bem como a dos seus familiares inscritos como beneficiários do Plano de Saúde. Consideram-se membros do agregado familiar, para efeitos de benefício do Plano de Saúde, o cônjuge e até cinco filhos menores de 14 anos previamente designados.

O Plano de Saúde da Angola Telecom é constituído por dois níveis de atendimento:

Nível 1 – Centros médicos contratados;  
Nível 2 – Clínicas privadas nacionais.

Os trabalhadores, pré-reformados, reformados e os membros dos seus agregados familiares, aderentes ao Plano de Saúde, estão isentos do pagamento de qualquer participação, relativamente aos cuidados de saúde primários que sejam prestados pelos centros médicos contratados de Nível 1.

Os trabalhadores, pré-reformados, reformados e os membros dos seus agregados familiares, aderentes ao Plano de Saúde, devem participar com 50% das despesas médicas e medicamentosas de Nível 2 ou obter o reembolso de 50% no caso do atendimento não ocorrer nas clínicas contratadas pela Angola Telecom.

Os benefícios de curto prazo, longo prazo e do Plano de Saúde concedidos aos empregados são reconhecidos na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração de resultados.

m) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos e contribuições numa base recorrente:

- I. Imposto industrial: A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial (Grupo A). O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando-se uma taxa nominal de 35%. Adicionalmente, a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto Industrial, relativamente às prestações de serviços (à taxa de 6,5%, 15% no caso serviços prestados por entidades não residentes sem estabelecimento estável em Angola), operando por retenção na fonte. O imposto apurado refere-se em exclusivo ao nível do imposto corrente não sendo calculados nem registados quaisquer impostos diferidos quer activos quer passivos, por não ser uma política contabilística geralmente aceite em Angola. Adicionalmente, a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, também prevê a alteração do período de reporte de prejuízos fiscais, que passam a ser reportáveis durante os 5 (cinco) anos posteriores.
- II. Segurança Social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações do pessoal, sendo que 3% são da responsabilidade do trabalhador;
- III. Imposto sobre os rendimentos do trabalho ("IRT"): Este imposto é retido pela Empresa e deduzido nos ordenados dos empregados, sendo calculado com base nas remunerações destes e de avançados. Ao abrigo da Lei 28/20, de 22 de julho, a qual teve efeito a partir de setembro de 2020 foram definidos treze escalões crescentes variáveis sendo a taxa máxima de 25%; A legislação anterior em vigor até 31 de agosto de 2020 previa treze escalões com uma taxa máxima de 17%;
- IV. Imposto do selo ("IS"): Até 30 de Setembro de 2019, este imposto é de autoliquidação mensal, e corresponde a 1% sobre os proveitos gerados pelas prestações de serviços;

- V. Imposto de Consumo: Até 30 de Setembro de 2019, o Decreto 3-A/14, de 21 de Outubro, estabelece que este imposto é processado mensalmente com o efetivo pagamento da fatura e corresponde a 5% sobre o serviço prestado;
- VI. Imposto predial e urbano ("IPU"): A Lei n.º 20/20 de 9 de Julho (que vem substituir o anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial sobre rendimentos de imóveis, opera por retenção na fonte à taxa efectiva de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de imposto industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizado e utilizando-se uma taxa de 15%;
- VII. Imposto sobre o valor Acrescentado: A Lei nº 7/19, de 24 de Abril (que revoga o regulamento do imposto de consumo e o imposto de selo), estabelece que estão sujeitos ao IVA a uma taxa de 14%, as transmissões de bens e prestações de serviços, efectuadas em território nacional a título oneroso por um sujeito passivo, agindo nessa qualidade e as Importações de bens. A Angola Telecom como operador de telecomunicações, liquida o Iva utilizando as seguintes taxas: 14% nas 17 províncias de Angola e 2% nas operações activas de vendas na província de cabinda.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2016 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

O Conselho de Administração da Empresa, entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

o) Erros, erros fundamentais, alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas

A correcção de erros na preparação das demonstrações financeiras de um ou mais exercícios anteriores que sejam identificados no exercício corrente é reconhecida em resultados do exercício (resultados não operacionais), excepto se reunirem as características para serem considerados erros fundamentais (erros materialmente relevantes).

As alterações nas políticas contabilísticas apenas são efectuadas nos casos em que seja exigida por disposições contabilísticas emitidas por órgão competente para o efeito ou se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada de acontecimentos ou de transacções nas demonstrações financeiras da Empresa.

De acordo com o PGC, os efeitos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas são registados em resultados transitados, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, nomeadamente a sua natureza e os seus efeitos na informação financeira do exercício (ver Nota 14).

As alterações de estimativas decorrem de alterações nas circunstâncias nas quais tais estimativas se basearam em resultado de novas informações, de mais experiência ou de desenvolvimentos subsequentes. Por essa razão, os efeitos das alterações de estimativas são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício, na mesma rubrica anteriormente usada para reconhecer a estimativa inicial.

p) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e dos passivos existentes à data das referidas demonstrações financeiras, se materialmente relevantes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Outros eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

q) Aspectos julgamentais mais significativos

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa utilizou estimativas e pressupostos que afectam a informação financeira ora relatada. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas e os aspectos julgamentais foram determinados com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estimativas e aspectos julgamentais que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas em resultados do exercício de forma prospectiva.

### **3. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS SIGNIFICATIVOS**

Na presente data de divulgação das demonstrações financeira não há a registar qualquer alteração nas políticas contabilísticas.

## K. NOTAS AO BALANÇO

### 4. IMOBILIZADO CORPÓREO

A composição do imobilizado corpóreo em 31 de Dezembro de 2020 é conforme se segue:

| Rubricas                       | Valor Bruto            | Amortizações Acumuladas | Valor Líquido         |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Terrenos e recursos naturais   | 8 241 409 478          |                         | 8 241 409 478         |
| Edifícios e outras construções | 9 524 014 563          | (3 065 394 219)         | 6 458 620 345         |
| Equipamento básico             | 123 748 747 135        | (68 448 376 587)        | 55 300 370 547        |
| Equipamento de transporte      | 1 251 804 206          | (1 111 762 815)         | 140 041 391           |
| Equipamento administrativo     | 2 294 000 270          | (1 501 104 399)         | 792 895 871           |
| Outras imobilizações corpóreas | 377 712 813            | (342 708 030)           | 35 004 784            |
| Imobilizações em curso         | -                      |                         | -                     |
|                                | <u>145 437 688 465</u> | <u>(74 469 346 050)</u> | <u>70 968 342 415</u> |

#### 4.1 Movimentos ocorridos no valor bruto

| Rubricas                       | Saldo inicial          | Aumentos         | Transferências | Regularizações      | Saldo final            |
|--------------------------------|------------------------|------------------|----------------|---------------------|------------------------|
| Terrenos e recursos naturais   | 8 241 408 478          |                  |                | 1 000               | 8 241 409 478          |
| Edifícios e outras construções | 9 524 014 563          |                  |                | -                   | 9 524 014 563          |
| Equipamento básico             | 123 748 747 135        | -                |                |                     | 123 748 747 135        |
| Equipamento de transporte      | 1 251 804 206          |                  |                | -                   | 1 251 804 206          |
| Equipamento administrativo     | 2 291 558 473          | 2 441 797        |                |                     | 2 294 000 270          |
| Outras imobilizações corpóreas | 374 652 813            | 3 060 000        |                |                     | 377 712 813            |
| Imobilizações em curso         | 42 214 516             |                  |                | (42 214 516)        | -                      |
|                                | <u>145 474 400 184</u> | <u>5 501 797</u> | <u>-</u>       | <u>(42 213 516)</u> | <u>145 437 688 465</u> |

Os movimentos ocorridos nas amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2020, é conforme se segue:

| AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS        |                         |                        |                     |                          |                         |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------------|
| Rubricas                       | Saldo inicial           | Reforço (Nota 29)      | Abates e alienações | Regularizações (Nota 33) | Saldo final             |
| Terrenos e Recursos Naturais   | -                       | -                      |                     | -                        | -                       |
| Edifícios e outras construções | (2.749.356.244)         | (316.037.975)          |                     | (0)                      | (3.065.394.219)         |
| Equipamento básico             | (61.971.107.345)        | (6.477.269.242)        |                     | (0)                      | (68.448.376.587)        |
| Equipamento de transporte      | (1.027.855.143)         | (84.343.089)           |                     | (0)                      | (1.112.198.231)         |
| Equipamento administrativo     | (1.271.028.344)         | (229.640.638)          |                     | (0)                      | (1.500.668.982)         |
| Outras imobilizações corpóreas | (320.071.319)           | (22.636.711)           |                     | (0)                      | (342.708.030)           |
|                                | <u>(67.339.418.394)</u> | <u>(7.129.927.656)</u> | <u>-</u>            | <u>(0)</u>               | <u>(74.469.346.050)</u> |

O reforço de amortizações na rubrica de "Equipamento básico", inclui o montante de 175.693.756 Kwanzas o qual resulta de uma revisão da estimativa da vida útil dos equipamentos registados no âmbito do projecto "CDMA EXPANSÃO", após avaliação realizada por parte dos serviços ter concluído que, tratando-se de tecnologia já antiga, se estima vir a ser substituída pela tecnologia LTE até 2022 / 2023.

## 5. IMOBILIZADO INCORPÓREO

A composição do imobilizado incorpóreo em 31 de Dezembro de 2020 é conforme se segue:

| Rubricas                         | Valor Bruto    | Amortizações Acumuladas | Valor Líquido  |
|----------------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| Software                         | 5 331 551 268  | (3 592 801 455)         | 1 738 749 813  |
| Outras imobilizações incorpóreas | 19 811 400 000 | (3 784 587 935)         | 16 026 812 065 |
|                                  | 25 142 951 268 | (7 377 389 390)         | 17 765 561 878 |

### 5.1 MOVIMENTOS OCORRIDOS NO IMOBILIZADO INCORPÓREO

Os movimentos ocorridos nos valores brutos do imobilizado incorpóreo, durante o exercício, são conforme se segue:

| ACTIVO BRUTO                     |                |          |                |                |                |
|----------------------------------|----------------|----------|----------------|----------------|----------------|
| Rubricas                         | Saldo inicial  | Aumentos | Transferências | Regularizações | Saldo final    |
| Software                         | 5.331.551.268  |          |                | 3.450.000      | 5.335.001.268  |
| Outras imobilizações incorpóreas | 19.811.400.000 |          |                | -3.450.000     | 19.807.950.000 |
|                                  | 25.142.951.268 | -        | -              | -              | 25.142.951.268 |

A rubrica de Outras imobilizações incorpóreas respeita ao "Contrato de Concessão para o exercício de actividades de comunicações electrónicas" celebrado entre a Angola Telecom e o Estado Angolano (representado pela INACOM). A concessão é válida pelo período de 15 anos.

### 5.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nas amortizações acumuladas, são como segue

| AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS          |                 |                    |                |                   |                 |
|----------------------------------|-----------------|--------------------|----------------|-------------------|-----------------|
| Rubricas                         | Saldo inicial   | Aumentos (Nota 29) | Regularizações | Outros movimentos | Saldo final     |
| Software                         | (2 273 362 245) | 1 319 439 210      | -              | -                 | (3 592 801 455) |
| Outras imobilizações incorpóreas | (2 751 795 713) | 1 032 792 223      | -              | -                 | (3 784 587 935) |
|                                  | (5 025 157 958) | 2 352 231 433      | -              | -                 | (7 377 389 390) |

## 6. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2020 os investimentos em empresas subsidiárias e associadas têm a seguinte composição:

|                                                              | % Participação | Capital social subscrito | Prestações suplementares concedidas | Provisões acumuladas | Valor de balanço líquido |               |
|--------------------------------------------------------------|----------------|--------------------------|-------------------------------------|----------------------|--------------------------|---------------|
|                                                              |                |                          |                                     |                      | 2020                     | 2019          |
| Empresas subsidiárias:                                       |                |                          |                                     |                      |                          |               |
| Angola Cables, S.A. ("Angola Cables")                        | 51%            | 198 900 000              | 6 691 200 000                       | -                    | 6 890 100 000            | 6 890 100 000 |
| Empresas associadas:                                         |                |                          |                                     |                      |                          |               |
| TVCabo Angola, Lda ("TVCabo Angola")                         | 50%            | 567 817 684              | -                                   | -                    | 567 817 684              | 567 817 684   |
| Infrasat - Telecomunicações, S.A. ("Infrasat")               | 40%            | 24 000 000               | -                                   | -                    | 24 000 000               | 24 000 000    |
| Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda ("Multitel")    | 30%            | 25 224 405               | -                                   | -                    | 25 224 405               | 25 224 405    |
| ELTA - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda ("ELTA") | 20%            | 8 585 584                | -                                   | -                    | 8 585 584                | 8 585 584     |
|                                                              |                | 625 627 673              | -                                   | -                    | 625 627 673              | 625 627 673   |
|                                                              |                | 824 527 673              | 6 691 200 000                       | -                    | 7 515 727 673            | 7 515 727 673 |

Empresas subsidiárias:

Em 31 de Dezembro de 2020 apenas a participação financeira de 51% detida na empresa Angola Cables (empresa de direito angolano criada para a gestão dos interesses da participação das empresas de telecomunicações nacionais no cabo submarino (WACS) configura um investimento numa empresa subsidiária.

As prestações suplementares concedidas foram subsidiadas pelo Estado em 2010, 2011, 2012 e 2013, para o arranque das operações da Angola Cables em 2013. Os investimentos na Angola Cables referentes ao projecto WACS são subsidiados na totalidade e, como tal, reconhecidos como subsídio ao investimento no âmbito dos PIP's (ver Nota 19) actuando a Empresa apenas como intermediária nos custos do investimento.

A variação ocorrida no valor de balanço líquido face ao exercício anterior resulta de uma reclassificação, do montante do empréstimo à sociedade Angola Cables, de "Contas a receber" (Nota 9) para esta rubrica

#### 7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

| Rubricas                                    | Valor Bruto        | Provisões            | Valor Líquido Total |
|---------------------------------------------|--------------------|----------------------|---------------------|
| Investimentos em outras empresas            |                    |                      |                     |
| Movicel Telecomunicações, S.A. ("Movicel")  | 7 727 026          | -                    | 7 727 026           |
| Banco Credicorp, S.A. ("Banco Credicorp")   | 112 882 500        | (112 882 500)        | -                   |
| Rascom                                      | 20 427 564         | -                    | 20 427 564          |
| Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI") | 2 851 908          | -                    | 2 851 908           |
|                                             | <u>143 888 998</u> | <u>(112 882 500)</u> | <u>31 006 498</u>   |
| Outros investimentos financeiros            |                    |                      |                     |
| Obrigações do Tesouro                       | 300 371 583        | -                    | 300 371 583         |
|                                             | <u>300 371 583</u> | <u>-</u>             | <u>300 371 583</u>  |
|                                             | <u>444 260 581</u> | <u>(112 882 500)</u> | <u>331 378 081</u>  |

#### Investimentos em outras empresas:

A Movicel foi constituída em 2002 com um capital social de USD 500.000 (equivalente a AKZ 23.850.000 ao câmbio histórico), tendo a Angola Telecom subscrito nessa data 99% do capital social. Esta empresa passou a desenvolver a actividade de serviço telefónico móvel que, até 30 Junho de 2003, era desenvolvida pela Angola Telecom. Em 1 de Julho de 2003, foi efectuada a alienação dos activos imobilizados e a cessão dos saldos de clientes para a Movicel relacionados com aquele serviço. Com data de 26 de Agosto de 2009, a Resolução n.º 67/2009, do Conselho de Ministros, aprovou a privatização da Movicel, ficando a Angola Telecom com uma participação de 18% do capital social, integralmente realizada.

Em 31 de Dezembro de 2019 a expectativa quanto à não recuperabilidade do investimento no Banco Credicorp manteve-se, não tendo existido alterações no ajustamento para investimentos financeiros constituído no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de AKZ 112.882.500.

Em Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de Dezembro de 2012 do BCI, foi formalizada a decisão da 15.ª Assembleia Geral realizada no dia 10 de Outubro de 2007 sobre o aumento do capital social desse Banco em USD 85.650.000, cabendo à Angola Telecom realizar a percentagem de 1,1% (correspondente a USD 942.199). Dado que a quota-parte da Angola Telecom não foi realizada, a sua participação foi diluída pela entrada de capital dos restantes accionistas e os activos e passivos correspondentes, no montante de AKZ 90.017.664 foram desreconhecidos.

#### Outros investimentos financeiros:

Estes respeitam a "Obrigações do Tesouro", registados ao custo, domiciliadas no banco BPC e conforme segue:

| ISIN         | Código Negociação | Tipologia | Maturidade Emissão | Maturidade Vencimento | Unidades | Preço Emissão | Valor AQA   |
|--------------|-------------------|-----------|--------------------|-----------------------|----------|---------------|-------------|
| AOTNCI071216 | 0K30D23A          | OT-TX     | 30/12/2016         | 30/12/2023            | 1.451    | 207.010       | 300.371.583 |

Estes activos encontram-se dados como garantia de um passivo (conta corrente caucionada) para com o BPC (Nota 20).

## 8. EXISTÊNCIAS

### 8.1 - Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica “Existências” tem a seguinte composição:

|             | Valor<br>bruto     | Provisões<br>acumuladas | Valor<br>líquido |
|-------------|--------------------|-------------------------|------------------|
| Mercadorias | 567 748 245        | (567 748 244)           |                  |
|             | <u>567 748 245</u> | <u>(567 748 244)</u>    |                  |

As mercadorias são compostas, essencialmente, por equipamentos de telecomunicações necessários à prestação dos serviços e fornecimentos, nomeadamente; (i) Cartões de 30,50, 68, 125, 250, 500 e 700 UTTS; (ii) produtos LTE; (iii) Modem e outros associados aos diversos serviços.

### 8.2 – Movimentos ocorridos durante o exercício nas provisões:

| Rubricas    | Saldo<br>Inicial   | Aumentos | Diminuições | Saldo<br>Final     |
|-------------|--------------------|----------|-------------|--------------------|
| Mercadorias | 418 887 666        | -        | -           | 418 887 666        |
|             | <u>418 887 666</u> | <u>-</u> | <u>-</u>    | <u>418 887 666</u> |

## 9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de Outros Activos Não Correntes e Contas a receber” tem a seguinte composição:

| Rubricas                               | Corrente              | Não Corrente                     |                              |                      |
|----------------------------------------|-----------------------|----------------------------------|------------------------------|----------------------|
|                                        |                       | Vencível a<br>Menos de 5<br>Anos | Vencível a<br>Mais de 5 Anos | Total                |
| Valor bruto                            |                       |                                  |                              |                      |
| Cientes - correntes                    | 49.454.528.955        | -                                | -                            | -                    |
| Cientes - recebimentos não alocados    | (5.039.619.453)       | -                                | -                            | -                    |
| Cientes - saldos em conferência        | (1.289.537.214)       | -                                | -                            | -                    |
| Participantes e participadas (Nota 40) |                       |                                  |                              |                      |
| - Saldos - correntes                   | 10.971.978.634        | -                                | -                            | -                    |
| - Outros saldos                        | -                     | -                                | 9.178.117.649                | 9.178.117.649        |
| Fornecedores - saldos devedores        | 466.687.241           | -                                | -                            | -                    |
| Pessoal                                | 289.945.706           | -                                | -                            | -                    |
| Estado                                 | 1.554.943.723         | -                                | -                            | -                    |
| Contas Transitórias                    | 3.884.625             | -                                | -                            | -                    |
| Outros                                 | 98.943.638            | -                                | -                            | -                    |
| Provisão para cobrança duvidosa        | (41.785.552.100)      | -                                | (7.837.007.350)              | (7.837.007.350)      |
|                                        | <u>14.726.203.755</u> | <u>-</u>                         | <u>1.341.110.299</u>         | <u>1.341.110.299</u> |

- O saldo da rubrica “Clientes – correntes” é composto, maioritariamente, por saldos a receber de “clientes gerais diversos”. Esta rubrica compreende, ainda, saldos a receber de “clientes tráfego” e “serviços de renda”;
- O saldo da rubrica de “Clientes – recebimentos não alocados” respeita a pagamentos efectuados por clientes os quais, em 31 de Dezembro de 2020, ainda não haviam sido alocados às respectivas contas de clientes, ao passo que a rubrica “Clientes – saldos em conferência” respeita, essencialmente, a encontros

de contas realizados com clientes os quais, em 31 de Dezembro de 2020, não haviam sido regularizados nas respectivas contas de clientes.

- (iii) A rubrica "Fornecedores – saldos devedores" corresponde a adiantamentos efectuados a fornecedores cujos serviços não haviam sido prestados e/ou documentos de suporte (facturas originais) não haviam sido recepcionadas até 31 de Dezembro de 2020.
- (iv) Os saldos a receber de "Participantes e participadas" respeitam a saldos de diversas naturezas com entidades relacionadas (nomeadamente empréstimos, contas a receber, outros). Parte significativa destes saldos (7.837.007.350 Kwanzas, a receber da Movicel, relativos à transferência do serviço telefónico móvel para a Movicel em Julho de 2003) está provisionada.
- (v) O saldo da rubrica de "Estado" compreende, essencialmente, IVA dedutível (921.121.771 Kwanzas) e IVA cativo por clientes (547.987.984 Kwanzas);
- (vi) As contas a receber de "Pessoal" resultam dos empréstimos e adiantamentos salariais atribuídos aos trabalhadores no âmbito do Fundo de Empréstimo do Quadro de Pessoal Estratégico ("QPE"), cujo montante equivale a aproximadamente 10% do salário médio mensal, destinados a construções, habitação, assistência na doença, crédito automóvel e outros fins diversos. Estes empréstimos não vencem juros. Estas contas a receber estão registadas pelo seu valor nominal, tendo a Empresa constituído, em exercícios anteriores, provisões para reduzir aqueles saldos ao seu valor estimado de recuperação.

#### Provisões para cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, nas provisões para cobrança duvidosa, são conforme seguem:

| Rubricas                                    | Saldo Inicial    | Aumentos<br>(Nota 33) | Diminuições<br>(Nota 33) | Regularizações | Saldo Final      |
|---------------------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------------|----------------|------------------|
| Cientes - correntes                         | (43.089.643.499) | (4.776.593.268)       | 6.350.335.210            |                | (41.515.901.557) |
| Provisões para Participantes e participadas | (7.837.007.350)  | -                     | -                        | -              | (7.837.007.350)  |
| Pessoal                                     | (269.650.543)    | -                     | -                        | -              | (269.650.543)    |
|                                             | (51.196.301.392) | (4.776.593.268)       | 6.350.335.210            | -              | (49.622.559.450) |

As diminuições das provisões para cobrança duvidosa de "Clientes – correntes", verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, decorre da análise do risco global de crédito associado aos saldos a receber de clientes e outros devedores, sendo que a referida análise contempla, entre outros, dados históricos (nomeadamente de cobranças), liquidações subsequentes e outros elementos, tais como encontros de contas em curso em 31 de Dezembro de 2020.

#### 10. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de "Disponibilidades" tem a seguinte composição:

| Rubricas          | 31-12-2020  | 31-12-2019  |
|-------------------|-------------|-------------|
| Depósitos à ordem | 355 659 440 | 299 401 695 |
| Depósitos a prazo | 4 000 000   | 93 781 965  |
| Valores em caixa  | 2 310 503   | 4 260 633   |
|                   | 361 969 943 | 397 444 293 |

### 11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a rubrica de "Outros activos correntes" tem a seguinte composição:

| Rubricas                                 | 2020                 | 2019                 |
|------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Proveitos a facturar                     |                      |                      |
| Serviços genéricos                       | 3.111.402.592        | 853.837.608          |
| Juros                                    | 252.579.163          | 189.456.459          |
| Outros                                   | -                    | 210.634.560          |
|                                          | <u>3.363.981.755</u> | <u>1.253.928.627</u> |
| Encargos a repartir por períodos futuros |                      |                      |
| Outros                                   | -                    | 102.514.286          |
|                                          | <u>-</u>             | <u>102.514.286</u>   |
|                                          | <u>3.363.981.755</u> | <u>1.356.442.913</u> |

### 12. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de Dezembro 2019, esta rubrica era composta conforme segue:

| Rubricas                 | Saldo inicial         | Aumentos | Diminuições | Saldo final           |
|--------------------------|-----------------------|----------|-------------|-----------------------|
| Capital                  | 16 195 410 000        | -        | -           | 16 195 410 000        |
| Prestações suplementares | 30 769 614 103        | -        | -           | 30 769 614 103        |
|                          | <u>46 965 024 103</u> | <u>-</u> | <u>-</u>    | <u>46 965 024 103</u> |

#### Capital e prestações suplementares

O n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto da Empresa, aprovado pelo Decreto n.º 8/1997, de 21 de Fevereiro de 1997, refere que o aumento de capital social poderá ter lugar se autorizado pelo Ministro das Finanças, mediante proposta do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal. Nestas circunstâncias, a Angola Telecom passou a registar as transferências de fundos do Estado Angolano, na rubrica de "Prestações suplementares". Não há a registar quaisquer movimentos ocorridos no exercício.

### 13. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica era composta conforme segue:

| Rubricas                   | Saldo inicial        | Aumentos | Diminuições | Saldo final          |
|----------------------------|----------------------|----------|-------------|----------------------|
| Reserva legal              | 509 169 047          | -        | -           | 509 169 047          |
| Reserva para investimentos | 4 535 613 237        | -        | -           | 4 535 613 237        |
| Fundo social               | 523 832 313          | -        | -           | 523 832 313          |
|                            | <u>5 568 614 597</u> | <u>-</u> | <u>-</u>    | <u>5 568 614 597</u> |

#### Reserva legal

Tal como definido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, a reserva legal deve ser reforçada anualmente, no mínimo em 10% dos resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos. A reserva legal não está disponível para distribuição.

#### Reserva para investimentos

Esta reserva é constituída para fazer face a futuros investimentos da Empresa. Tal como definido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, esta reserva deve ser reforçada anualmente no mínimo de 50% dos resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos, não estando disponível para distribuição.

#### Fundo social

Esta reserva destina-se a garantir o financiamento de despesas excepcionais e de cariz social dos trabalhadores. Conforme estabelecido no art.º 33.º do Estatuto da Empresa, esta reserva é reforçada unicamente através de aplicação de resultados líquidos apurados em cada exercício, se positivos, e a afectação dos mesmos deve ser igual a pelo menos 5% do mesmo. Não há a registar quaisquer movimentos ocorridos no exercício relativamente a estas rubricas.

#### 14. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica era composta conforme segue:

| Rubricas                                           | Saldo inicial            | Aumentos | Diminuições      | Saldo final              |
|----------------------------------------------------|--------------------------|----------|------------------|--------------------------|
| Saldo inicial                                      | (114.890.984.411)        | -        | -                | (114.890.984.411)        |
| Movimentos no período                              |                          |          |                  |                          |
| Transferência dos resultados do exercício anterior | (41.247.549.250)         | -        | 41.247.549.250   | -                        |
| Aplicação de resultados                            | -                        | -        | (41.247.549.250) | (41.247.549.250)         |
| Erros fundamentais                                 | -                        | -        | -                | -                        |
| Ajustamentos em activos financeiros                | -                        | -        | -                | -                        |
| Outros movimentos                                  | -                        | -        | -                | -                        |
|                                                    | <u>(156.138.533.661)</u> | <u>-</u> | <u>(0)</u>       | <u>(156.138.533.662)</u> |

O movimento ocorrido no exercício de 2020 resume-se à aplicação do resultado líquido do exercício anterior, negativo, no montante de 41.247.549.251 Kwanzas.

#### 15. EMPRÉSTIMOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

| Rubrica                                                         | Correntes | Vencível até 5 ano | Vencível a mais de 5 ano | Total                |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|--------------------|--------------------------|----------------------|
| FUNDO DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES (FADCOM) | -         | -                  | 1 792 816 802            | 1 792 816 802        |
|                                                                 | -         | -                  | -                        | -                    |
|                                                                 | -         | -                  | -                        | -                    |
|                                                                 | <u>-</u>  | <u>-</u>           | <u>1 792 816 802</u>     | <u>1 792 816 802</u> |

O montante desta rubrica diz respeito a um valor disponibilizado pelo FADCOM a título de “empréstimo”, concedido com o objetivo de, entre outros, a amortizar dívida com prestadores de serviços estratégicos, e pagamento ao INSS. Este empréstimo foi classificado como não corrente, atendendo à expectativa da Administração de que apenas será liquidado num prazo superior a 5 anos, embora os termos e condições não definam, ainda, maturidade nem eventual remuneração. Contudo, a Empresa entende que não tem direito unilateral de deferir a liquidação desta dívida a mais de um ano, aguardando a formalização dos acordos que permitam clarificar os respectivos termos e condições.

#### 17. PROVISÕES PARA PENSÕES

Conforme referido na Nota 2.2 I), a Empresa tem um conjunto de responsabilidades para com os seus trabalhadores no activo, pré-reformados, reformados e pensionistas.

A responsabilidade actual actuarial decorrente dos benefícios de longo prazo acima referidos foi determinada com referência a 31 de Dezembro de 2020, valorizada através de um estudo actuarial, elaborado por uma entidade especializada e independente, com base no “Método do crédito unitário projectado” até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

|             | 31-12-2020            |          |                       |                       |
|-------------|-----------------------|----------|-----------------------|-----------------------|
|             | Saldo inicial         | Aumentos | Diminuições (Nota 33) | Saldo final           |
| Pós Emprego | 14 114 084 467        | -        | 2 583 111 145         | 11 530 973 322        |
|             | <u>14 114 084 467</u> | <u>-</u> | <u>2 583 111 145</u>  | <u>11 530 973 322</u> |

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi definida com base na experiência do mercado.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pela Empresa, encontrando-se essencialmente indexada à inflação de longo-prazo.

A taxa anual de crescimento das pensões tem por base o pressuposto da não actualização das pensões, de acordo com a política salarial definida pela Empresa.

Os principais pressupostos utilizados são conforme segue:

| <b>PREMISSAS E HIPÓTESES</b>                | <b>2020</b>      |
|---------------------------------------------|------------------|
| Tábua de Mortalidade / Sobrevivência:       | PF – 60/64.      |
| Tábua de entrada em Invalidez:              | Não utilizada    |
| Tábua de Mortalidade de Inválido:           | Não utilizada    |
| Tábua de Rotatividade / Saída:              | Não considerada. |
| Idade de Reforma                            | 60               |
| % de Participantes com dependentes          | Não utilizada    |
| Diferença de Idade entre sobrevivente órfão | Não utilizada.   |
| Salário Pensionável:                        | Salário Base     |
| Taxa de crescimento salarial:               | 1% ao ano.       |
| Taxa de crescimento das pensões             | 1% ao ano        |
| Taxa de Juro                                | 2,5% ao ano      |
| Nº de benefícios por ano:                   | 0% ao ano        |
| Data de Corte                               | 12               |
| Moeda de referência e de cálculo            | (Akz) Kwanza     |

#### 18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

O movimento das provisões para outros riscos e encargos no decurso do período findo em 31 de Dezembro 2020 como segue:

| Rubricas                     | 31-12-2020           |                    |                    |               |                      |
|------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------|----------------------|
|                              | Saldo inicial        | Aumentos (Nota 33) | Reduções (Nota 33) | Utilizações   | Saldo final          |
| Processos judiciais em curso | 144.000.000          | -                  | -                  | -             | 144.000.000          |
| Contingências fiscais        | 1.300.257.472        | -                  | -                  | (234.312.118) | 1.065.945.354        |
| Outros riscos e encargos     | 651.162.999          | 128.597.082        | -                  | -             | 779.760.081          |
|                              | <u>2.095.420.471</u> | <u>128.597.082</u> | <u>-</u>           | <u>-</u>      | <u>1.989.705.435</u> |

Em 31 de Dezembro de 2020, as “Provisões para outros riscos e encargos” correspondem a uma estimativa, por parte da Administração, para fazer a potenciais riscos e encargos que possam resultar de determinadas matérias que, à data de preparação das demonstrações financeiras, se encontram em análise. Esta estimativa é realizada com base nas situações que são do conhecimento da Administração, avaliadas por parte do Gabinete Jurídico e, sempre que aplicável, por advogados externos.

Em particular, a rubrica de “Outros riscos e encargos”, no montante de 779.760.081 Kwanzas, respeita à responsabilidade estimada relativa aos complementos de reforma cujo pagamento se encontra suspenso desde 2017.

## 19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica “Outros passivos não correntes” tem a seguinte composição:

| Rubricas                                                  | Corrente               | Não Corrente               |                           |                       |
|-----------------------------------------------------------|------------------------|----------------------------|---------------------------|-----------------------|
|                                                           |                        | Vencível a Menos de 5 Anos | Vencível a Mais de 5 Anos | Total                 |
| Fornecedores - correntes                                  | 143.041.566.122        | -                          | -                         | -                     |
| Fornecedores em recepção e conferência                    | 145.492.897            | -                          | -                         | -                     |
| Participantes e participadas (Nota 40):                   |                        | -                          | -                         | -                     |
| Conta corrente                                            | 6.472.509.817          | -                          | -                         | -                     |
| Facturas em recepção e conferência                        | 4.829.529.187          | -                          | -                         | -                     |
| Outros saldos                                             | 330.757.000            | -                          | 24.500.000                | 24.500.000            |
| Clientes - Saldos credores                                | 457.671.912            | -                          | -                         | -                     |
| <i>Participantes e participadas (Nota 40) - subtotal:</i> | <i>12.090.467.915</i>  | <i>-</i>                   | <i>24.500.000</i>         | <i>24.500.000</i>     |
| Estado (a)                                                | 14.832.892.055         | -                          | -                         | -                     |
| Pessoal                                                   | 271.812.233            | -                          | -                         | -                     |
| Fornecedores de imobilizado                               | 1.961.235.579          | -                          | -                         | -                     |
| Outros                                                    | 83.090.042             | -                          | 3.569.765.415             | 3.569.765.415         |
| Proveitos a Repartir por Periodos Futuros (Nota 24)       | 7.597.261.600          | 37.986.307.999             | 12.243.386.658            | 50.229.694.657        |
|                                                           | <b>180.023.818.442</b> | <b>37.986.307.999</b>      | <b>15.837.652.073</b>     | <b>53.823.960.072</b> |

Os saldos a pagar a “Fornecedores – correntes” resultam de compra de bens e serviços correntes. O aumento verificado no exercício inclui, também, o efeito da desvalorização da moeda nacional (Kwanzas) sobretudo face ao Euro e Dólar-americano, moedas em que se encontram denominados parte substancial dos passivos da Empresa.

As contas a pagar ao “Estado” incluem impostos (e contribuições, no caso da INSS). O Conselho de Administração da Empresa tem envidado esforços para a liquidação das referidas dívidas, as quais resultaram, entre outros, de compromissos que a Empresa assumiu nos últimos exercícios. O Conselho de Administração estima liquidar estas responsabilidades num futuro próximo não antecipando fluxos de caixa relacionados com multas e/ou juros de mora (para além dos que já se encontram registados, nomeadamente a sub-rubrica “Juros (Acordo INSS)”). Parte do montante dos impostos em dívida, no montante de 538.250.431 Kwanzas (registado na Nota 9, rubrica “Clientes - saldos em conferência”), encontra-se em vias de ser regularizado por meio do acordo celebrado entre o Ministério das Finanças (AGT) e Angola Telecom, resultante da dívida organismos Públicos.

A rubrica de “Outros”, não corrente, inclui o montante de 3.569.765.415 Kwanzas relativo à subvenção / subsídio concedido por parte do Ministério das Telecomunicações, em exercícios anteriores, para efeitos de realização de prestações suplementares na subsidiária Angola Cables.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica “Proveitos a repartir por períodos futuros” respeitam a “Subsídios ao investimento” os quais correspondem aos subsídios atribuídos pelo Ministério das Finanças relativo a “PIP’s”, e estão mensurados pelo valor líquido contabilístico (custo de aquisição) dos bens subsidiados com recurso à dotação orçamental, e que irão ser reconhecidos em resultados em exercícios subsequentes. Este passivo divide-se em “corrente” e “não corrente”, em função da vida útil dos bens subsidiados.

## 20. EMPRESTIMOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica “Empréstimos de curto Prazo” tem a seguinte composição:

| Rubrica                                | Saldo Inicial | 31/12/2020  |             | Saldo Final |
|----------------------------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|
|                                        |               | Aumento     | Diminuições |             |
| Empréstimos bancários                  |               |             |             |             |
| BPC - SEDE (0001-011020-036) CCCREDITO | -             | 206.853.070 | -           | 206.853.070 |
|                                        | -             | 206.853.070 | -           | 206.853.070 |

Esta rubrica respeita a uma conta corrente caucionada, com o Banco BPC, aberta durante o exercício para efeitos de reforço de tesouraria, nomeadamente o cumprimento das obrigações associadas ao consórcio SAT 3.

De acordo com contracto celebrado entre as partes (em 03 de Março de 2020), as condições deste empréstimo são conforme segue:

- Montante limite de utilização: 600.000.000 Kwanzas;
- Taxa de Juros: Luibor 3M + Spread 3,5% (perfazendo 19,61%);
- Período: 180 dias (renovável).
- Garantias: Títulos de Dívida Publica (“Obrigações do Tesouro”) no montante de 300.371.582,55 Kwanzas (Nota 7).

## 21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro 2020 e 31 Dezembro de 2019, a rubrica de “Outros passivos correntes” têm a seguinte composição:

| Rubricas                                      | 31-12-2020    | 31-12-2019    |
|-----------------------------------------------|---------------|---------------|
| Encargos a pagar:                             |               |               |
| Remunerações a liquidar (i)                   | 527.111.396   | 478.099.438   |
| Outros acréscimos de custos operacionais (ii) | 1.694.868.939 | 1.559.204.657 |
|                                               | 2.221.980.335 | 2.037.304.095 |
| Proveitos a repartir por exercícios futuros:  |               |               |
| TV Cabo Angola (Nota 40)                      | 1.584.933.333 | 1.822.673.333 |
|                                               | 1.584.933.333 | 1.822.673.333 |
|                                               | 3.806.913.668 | 3.859.977.428 |

- (i) O saldo desta rubrica é composto pela estimativa de subsídio de férias e férias a pagar em 2020, cujo direito é obtido pelos trabalhadores no exercício corrente de 2019.
- (ii) Respeita a custos operacionais, no qual, a documentação de suporte foi recebida por parte da Empresa apenas em 2021.

Por outro lado, os proveitos a repartir por períodos futuros respeitam a um contrato celebrado com a TV Cabo (contrato de cedência de direito de utilização), o qual prevê que a Empresa ceda à TV Cabo um direito irrevogável de utilização de conectividade de tráfego internacional (largura de banda internacional de acesso à internet), com capacidade de 10 Gigabits por um período de 10 anos.

(iii)

**L. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**22. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

As prestações de serviços reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019 têm a seguinte composição:

| Rubricas           | 2020                  | 2019                  |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Mercado Interno    |                       |                       |
| Serviços Genéricos | 10 154 352 228,36     | 15 240 078 049        |
| Tráfego            | 1 932 521 782,00      | 1 475 828 107         |
|                    | <u>12 086 874 010</u> | <u>16 715 906 157</u> |

As prestações de serviços genéricos respeitam essencialmente a serviços de telefonia fixa, circuitos alugados e internet. As prestações de serviços referentes a tráfego compreendem o rédito com os serviços de interligação.

A redução verificada na prestação de serviços, resultou essencialmente ao cancelamento do contrato entre a Angola Telecom e Angola Cables relacionado com a revenda da capacidade do SAT 3, tendo sido desativado a Rota Luanda – Lisboa (SWAP). O montante anual deste mesmo contrato ascende aos 2,8 Mil milhões de Kwanzas. Foram ainda cancelados os serviços com a Unitel, movicel e mundo Startel cujo o montante global dos serviços ascende aos 3,8 Mil milhões de Kwanzas.

**23. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os outros proveitos operacionais apresentam a seguinte composição:

| Rubricas                  | 2020                 | 2019                 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Plano de Saúde            | 6.900                | 28.790.818           |
| Subsídios a Investimentos | 7.597.261.600        | 7.421.567.843        |
| Outros                    | -                    | 6.658.046            |
|                           | <u>7.597.268.500</u> | <u>7.457.016.707</u> |

A rubrica de "Subsídios a Investimentos" regista os subsídios a fundo perdido concedidos à empresa, destinados a financiar imobilizados amortizáveis, correspondentes ao Projectos de Investimento Público (PIP's). O aumento verificado respeita à quota parte das amortizações do exercício afectos aos PIP's.

**27. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS CONSUMIDAS**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não registou qualquer custo a este respeito.

## 28. CUSTOS COM PESSOAL

A rubrica “Custos com o pessoal”, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte composição:

| Rubricas                         | 2020                 | 2019                 |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Remunerações dos Órgãos Sociais  | 165.500.903          | 155.808.312          |
| Remunerações do pessoal          | 4.241.012.151        | 3.970.470.905        |
| Encargos sobre remunerações      | 353.272.357          | 279.582.161          |
| Seguros de Acidentes de Trabalho | 58.992.974           | 30.184.738           |
| Formação                         | 3.204.591            | 11.870.052           |
| Outros custos com pessoal        | 57.306.881           | 338.262.397          |
|                                  | <u>4.879.289.857</u> | <u>4.786.178.565</u> |

|                                            |       |       |
|--------------------------------------------|-------|-------|
| Número de empregados ao serviço da empresa | 1.062 | 1.098 |
|--------------------------------------------|-------|-------|

A rubrica de “Outros custos com pessoal” inclui essencialmente dispêndios com medicamentos e assistência médica, alimentação e ajudas de custo.

## 29. AMORTIZAÇÕES

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de “Amortizações” decompõem-se como se segue:

| Rubricas                           | 2020                 | 2019                 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Imobilizações corpóreas (Nota 4)   | 7 123 769 273        | 7 005 905 530        |
| Imobilizações incorpóreas (Nota 5) | 2 352 231 433        | 2 356 008 431        |
|                                    | <u>9 476 000 706</u> | <u>9 361 913 960</u> |

## 30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outros custos e perdas operacionais”, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019, tem a seguinte composição:

| Rubricas                           | 2020                  | 2019                 |
|------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Fornecimentos e serviços externos: |                       |                      |
| Assistência técnica                | 4.812.589.558         | 5.658.757.218        |
| Serviços de interligação           | 3.338.024.521         | 1.799.817.576        |
| Honorários e avenças               | 421.980.254           | 567.752.619          |
| Conservação e reparação            | 484.173.807           | 311.504.313          |
| Vigilância e segurança             | 168.064.630           | 165.538.009          |
| Combustíveis                       | 94.921.289            | 153.446.340          |
| Limpeza, higiene e conforto        | 197.393.892           | 96.299.604           |
| Electricidade                      | 77.727.821            | 78.629.614           |
| Rendas e alugueres                 | 136.389.770           | 78.756.315           |
| Material de escritório             | 33.915.439            | 38.105.818           |
| Deslocações e estadas              | 9.913.889             | 31.487.096           |
| Publicidade e propaganda           | 870.000               | 1.661.674            |
| Outros fornecimentos e serviços    | 98.882.540            | 75.909.582           |
|                                    | <u>9.874.847.409</u>  | <u>9.057.665.779</u> |
| Impostos                           | 395.205.907           | 390.052.430          |
| Quotizações                        | 20.749.117            | 1.130.025            |
| Outros custos operacionais         | -                     | 1.911.276            |
|                                    | <u>415.955.024</u>    | <u>393.093.731</u>   |
|                                    | <u>10.290.802.433</u> | <u>9.450.759.510</u> |

### 31. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os resultados financeiros são determinados conforme segue:

| Rubricas                               | 2020                   | 2019                   |
|----------------------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>Custos e perdas financeiros:</b>    |                        |                        |
| Juros suportados:                      |                        |                        |
| Outros                                 | 2.386.391              | 15.589.041             |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis     |                        |                        |
| Realizadas                             | 7.813.799              | 60.164                 |
| Não realizadas                         | 31.724.772.767         | 31.390.214.486         |
| Despesas bancárias                     | 24.790.694             | 19.481.635             |
|                                        | <u>31.759.763.651</u>  | <u>31.425.345.326</u>  |
| <b>Proveitos e ganhos financeiros:</b> |                        |                        |
| Juros                                  |                        |                        |
| Aplicações de Tesouraria               | 48.890.981             | 22.749.367             |
| Diferenças de câmbio favoráveis        |                        |                        |
| Realizadas                             | 544                    | 91                     |
| Não realizadas                         | 21.596.842             | 6.895.350              |
| Outros                                 | 120.000.000            | 0                      |
|                                        | <u>190.488.366</u>     | <u>29.644.807</u>      |
| Resultados financeiros                 | <u>-31.569.275.285</u> | <u>-31.395.700.519</u> |

### 33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Nos períodos findos de 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019, os resultados não operacionais foram determinados como segue:

| Rubricas                                     | 2020                  | 2019                    |
|----------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| <b>Custos e perdas não operacionais:</b>     |                       |                         |
| Provisões:                                   |                       |                         |
| Cobranças duvidosas (Nota 9)                 | 4.776.593.268         | 7.076.635.673           |
| Pensões - Benefício pós emprego (Nota 17)    | -                     | 1.407.804.206           |
| Outros riscos e encargos (Nota 18)           | 128.597.082           | 1.189.476.504           |
| Outros                                       | 148.860.578           | 5.151.222               |
|                                              | <u>5.054.050.928</u>  | <u>9.679.067.604</u>    |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 1.086.079.814         | 4.933.280.402           |
| Multas e penalidades contratuais             | 210.233.771           | 750.915.342             |
| Outros                                       | 80.935                | 100.000                 |
|                                              | <u>6.350.445.447</u>  | <u>15.363.363.348</u>   |
| <b>Proveitos e ganhos não operacionais:</b>  |                       |                         |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 1.225.121.429         | 825.876.542             |
| Reposição de provisões:                      |                       |                         |
| Cobranças duvidosas (Nota 9)                 | 6.350.335.210         | 4.060.346.884           |
| Pensões - Benefício pós emprego (Nota 17)    | 2.583.111.145         | -                       |
| Ganhos em existências (Nota 27)              | -                     | 67.375.066              |
|                                              | <u>10.158.567.784</u> | <u>4.953.598.492</u>    |
| Resultados não operacionais                  | <u>3.808.122.337</u>  | <u>(10.409.764.856)</u> |

### 35 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo de 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a rubrica imposto sobre o rendimento segue conforme o quadro a baixo.

| Rubricas                                                              | 2020                   | 2019                    |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Resultado Contabilístico                                              | -32 487 206 649        | -41 247 549 250         |
| Correcções para Efeitos Fiscais                                       |                        |                         |
| <b>Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais</b>               | <b>38 075 137 280</b>  | <b>15 363 378 348</b>   |
| Multas (Artigo 18) CII                                                | 210 233 771            | 750 915 342             |
| Provisões (Artigo 45) CII                                             | 4 776 593 268          | 9 679 067 604           |
| Donativos (Artigo 19) CII                                             | 0                      | 100 000                 |
| Tributação autónomas dos donativos em 15% (Artigo 17) CII             | 0                      | 15 000                  |
| Despesas de Representação                                             | 0                      | 0                       |
| Correcções de exercicios anteriores e extraordinários (Artigo 18) CII | 1 086 079 814          | 4 933 280 402           |
| Diferenças de câmbio não realizadas (perdas)                          | 31 724 772 767         | 0                       |
| Outros                                                                | 277 457 660            |                         |
| A deduzir: Variações patrimoniais negativas                           | <b>8 955 043 197</b>   | <b>4 060 346 884</b>    |
| Reversões provisões                                                   | 8 933 446 355          | 4 060 346 884           |
| Diferenças de câmbio não realizadas (ganhos)                          | 21 596 842             | -                       |
| Prejuízos fiscais de anos anteriores                                  | -                      | -                       |
| Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)                                  | <b>(3 367 112 565)</b> | <b>(29 944 517 787)</b> |
| Taxa Nominal de Imposto                                               | 35%                    | 30%                     |
| Imposto sobre os lucros                                               |                        | -                       |
| Taxa Efectiva de Imposto                                              |                        | -                       |
| <b>A Pagar</b>                                                        | <b>-</b>               | <b>-</b>                |

### 38. ACONTECIMENTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço, foram emitidos os seguintes Decretos Presidenciais relacionados com as medidas de prevenção e controlo da propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19:

- Decreto Presidencial n.º 119/21 de 8 de Maio
- Decreto Presidencial n.º 82/21, de 9 de Abril
- Decreto Presidencial n.º 77/21, de 26 de Março
- Decreto Presidencial n.º 62/21, de 11 de Março
- Decreto Presidencial n.º 39/21, de 9 de Fevereiro
- Decreto Presidencial n.º 10/21 de 8 de Janeiro

À data da aprovação das demonstrações financeiras, mantém-se em vigor o Decreto Presidencial n.º 119/21, de 8 de Maio, o qual irá vigorar até às 23:59h do dia 8 de Junho de 2021.

O Conselho de Administração continua a realizar acções que visem garantir os serviços sem interrupção. Tendo sempre como objectivo melhorar os serviços oferecidos pela ANGOLA TELECOM, EP.

Ainda no âmbito do cumprimento do Decreto presidencial n.º 119/21, de 8 de Maio, que regula o estado de calamidade pública por mais 30 dias, a ANGOLA TELECOM, EP, na qualidade de operadora de serviços de Telecomunicações, continua a desenvolver acções que visem o fornecimento de dados com a qualidade desejada.

A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna complexa a avaliação da dimensão dos seus impactos directos e indirectos, e, como tal, não se revela possível estimar com fiabilidade, à data de hoje, os efeitos financeiros para a Angola Telecom

O Conselho de Administração entende, contudo, que o princípio da continuidade se mantém adequado para a preparação das demonstrações financeiras, sendo sua convicção que a Angola Telecom, enquanto Empresa Pública, continuará a ter o apoio do Estado para implementar os planos que lhe permitirão ultrapassar os actuais desafios que a Empresa enfrenta.

Para além do exposto acima, Empresa foi notificada, no dia 08/04/2021, com um Mandado de Citação Antes de Penhora, por parte da AGT, relativamente ao não pagamento de IVA (dívida exequenda no montante de 2.619.271 milhares de Kwanzas). A Administração encontra-se a avaliar as acções a tomar relativamente a esta matéria.

Com excepção dos eventos acima referidos, não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data de balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

#### 40 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2020, os activos e passivos mantidos com entidades relacionadas não vencem juros e não têm um prazo de reembolso definido.

| Entidade                                               | SalDOS Activos                                      |                                     |                           |                                       |                                    | Total saldos activos  |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|
|                                                        | Investimentos em empresas sub e associadas (Nota 6) | Outros activos financeiros (Nota 7) | Contas a receber (Nota 9) | Outros activos não correntes (Nota 9) | Outros activos correntes (Nota 11) |                       |
| INFRASAT- Telecomunicações,SA                          | 24.000.000                                          | -                                   | 1.281.870.978             | 1.341.110.299                         | -                                  | 2.646.981.277         |
| ANGOLA CABLES, S.A                                     | 7.598.763.403                                       | =                                   | -                         | -                                     | 252.579.163                        | 7.851.342.566         |
| TV CABO ANGOLA, Lda.                                   | 567.817.684                                         | -                                   | 2.036.674.016             | -                                     | -                                  | 2.604.491.700         |
| Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda           | 25.224.405                                          | -                                   | 784.845.217               | -                                     | -                                  | 810.069.622           |
| Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda           | 8.585.584                                           | -                                   | -                         | -                                     | -                                  | 8.585.584             |
| MOVICEL- Telecomunicação,SA                            | -                                                   | 7.727.026                           | 6.868.588.423             | 7.837.007.350                         | -                                  | 14.713.322.799        |
| Rascom                                                 | -                                                   | 20.427.564                          | -                         | -                                     | -                                  | 20.427.564            |
| Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")            | -                                                   | 2.851.908                           | -                         | -                                     | -                                  | 2.851.908             |
| Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações (FADCOM) | -                                                   | -                                   | -                         | -                                     | -                                  | -                     |
|                                                        | <b>8.224.391.075</b>                                | <b>31.006.498</b>                   | <b>10.971.978.634</b>     | <b>9.178.117.649</b>                  | <b>252.579.163</b>                 | <b>28.658.073.020</b> |

Os saldos apresentados acima correspondem a valores brutos, isto é, não incluem provisões para cobrança duvidosa.

| Entidade                                               | SalDOS Passivos                         |                                     |                                         |                                     | Total saldos passivos |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
|                                                        | Empréstimos Médio Longo Prazo (Nota 15) | Contas a pagar - corrente (Nota 19) | Outros passivos não correntes (Nota 19) | Outros passivos correntes (Nota 21) |                       |
| INFRASAT- Telecomunicações,SA                          | -                                       | 463.809.288                         | 24.000.000                              | -                                   | 487.809.288           |
| ANGOLA CABLES, S.A                                     | -                                       | 2.117.426.451                       | -                                       | -                                   | 2.117.426.451         |
| TV CABO ANGOLA, Lda.                                   | -                                       | 7.607.679.801                       | -                                       | 1.584.933.333                       | 9.192.613.134         |
| Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda           | -                                       | 185.003.299                         | 500.000                                 | 18.558.899                          | 204.062.198           |
| Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda           | -                                       | 305.675.915                         | -                                       | -                                   | 305.675.915           |
| MOVICEL- Telecomunicação,SA                            | -                                       | 1.410.873.162                       | -                                       | -                                   | 1.410.873.162         |
| Rascom                                                 | -                                       | -                                   | -                                       | -                                   | -                     |
| Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")            | -                                       | -                                   | -                                       | -                                   | -                     |
| Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações (FADCOM) | 1.792.816.802                           | -                                   | -                                       | -                                   | 1.792.816.802         |
|                                                        | <b>1.792.816.802</b>                    | <b>12.090.467.915</b>               | <b>24.500.000</b>                       | <b>1.603.492.232</b>                | <b>15.511.276.950</b> |

Em 31 de Dezembro de 2020, as transacções ocorridas entre as entidades foram conforme se segue:

| ENTIDADES                                    | ANO 2020             |                      |
|----------------------------------------------|----------------------|----------------------|
|                                              | Proveitos            | Custos               |
| INFRASAT- Telecomunicações, SA               | 38.183.635           | 0                    |
| ANGOLA CABLES, S.A                           | 22.847.851           | 1.719.753.995        |
| TV CABO ANGOLA, Lda.                         | 2.016.790.781        | 4.159.909.949        |
| Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda | 317.170.335          | 3.445.450            |
| Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda | 0                    | 0                    |
| MOVICEL- Telecomunicação, SA                 | 300.645.127          | 0                    |
| Banco de Comércio e Indústria, S.A. ("BCI")  | 266.410              | 0                    |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>2.695.904.139</b> | <b>5.883.109.394</b> |

Para além das apresentadas acima, a registar o aumento do empréstimo por parte da FADCOM no montante de 1.341.375.549 Kwanzas.

#### 42 OUTRAS INFORMAÇÕES

O Decreto presidencial nº 193/19 de 5 de Novembro, autorizou, a título excepcional, a subconcessão do serviço móvel da exploração do título global unificado atribuído à ANGOLA TELECOM, a favor da Angorascom Telecomunicações SA. Sem prejuízo do disposto, apesar da existência do Despacho Presidencial, não houveram negociações subsequentes para materialização da subconcessão. Nesse sentido, não existe o registo de quaisquer instrumentos contratuais que defina quaisquer direitos e obrigações para a Angola Telecom.

## M. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

### 43. POLÍTICAS ADOPTADAS

Para a determinação dos componentes de Caixa e seus equivalentes no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foi adoptado o método directo, através da identificação dos itens de liquidez em todas as operações de caixa, mediante o qual foi possível espelhar os principais componentes dos recebimentos e pagamentos, permitindo compreender o modo como a empresa gerou e utilizou os seus fundos.

### 47. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nos períodos findos de 31 de Dezembro de 2020 e de 31 de Dezembro de 2019, a rubrica de caixa e equivalente de caixa foram determinados como segue:

| Rubricas                                     | 2020               | 2019               |
|----------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Caixa</b>                                 |                    |                    |
| Numerário                                    | 2 310 503          | 4 260 633          |
| Saldos em bancos, imediatamente mobilizáveis | 355 659 440        | 299 401 695        |
| <b>Equivalentes de caixa</b>                 |                    |                    |
| Depósitos à prazo                            | 4 000 000          | 93 781 965         |
| <b>Total</b>                                 | <b>361 969 943</b> | <b>397 444 293</b> |

O Presidente do Conselho de Administração



ANGOLA TELECOM E.P.  
Luanda

## Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração  
Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P.

### Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 117.082.939 milhares de Kwanzas e um total de Capital próprio negativo de 136.092.102 milhares de Kwanzas, incluindo um Resultado líquido de negativo de 32.487.207 milhares de Kwanzas) e as Demonstrações de Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

### Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.



## Bases para a opinião com reservas

6. Os procedimentos e controlos internos vigentes não têm permitido assegurar que todas as transacções realizadas foram devidamente capturadas e registadas no exercício a que respeitam, tendo-se constatado que durante o exercício de 2020 a Empresa procedeu a diversas regularizações de saldos registados em rubricas de “Resultados não operacionais”, os quais incluem proveitos de 1.225.121 milhares de Kwanzas (2019: 825.877 milhares de Kwanzas) e custos de 1.086.080 milhares de Kwanzas (2019: 4.933.280 milhares de Kwanzas) referentes a correcções identificadas pelo Conselho de Administração como sendo relativos a exercícios anteriores. Atendendo às limitações inerentes à evidência de auditoria obtida, bem como o facto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido por nós examinadas e o respectivo relatório de auditoria, datado de 22 de Junho de 2020, consubstanciar uma opinião com reservas, não estamos em condições de concluir, com o necessário rigor, em que medida as regularizações referidas acima seriam susceptíveis de afectar o saldo de abertura da rubrica de “Resultados transitados” e a comparabilidade dos saldos do exercício corrente com o exercício anterior.
7. A Empresa concluiu, com referência a 31 de Dezembro de 2018, a reconciliação do cadastro de imobilizado com os resultados da inventariação física parcial do seu imobilizado corpóreo, tendo identificado divergências e, em especial, um conjunto de bens relativamente aos quais não foi possível obter evidência apropriada e suficiente quanto à sua existência física e/ou valorização e nível de subsidiação desses investimentos, ascendendo o valor líquido contabilístico destes bens, em 31 de Dezembro de 2020, a 9.119.737 milhares de Kwanzas (2019: 10.000.565 milhares de Kwanzas) e os subsídios ao investimento a que lhe estão associados a 7.901.646 milhares de Kwanzas (2019: 8.709.753 milhares de Kwanzas). Foram também identificados, na referida inventariação física, diversos bens para os quais não foi possível verificar a correspondência com o cadastro de imobilizado e/ou com os registos contabilísticos, sendo que não nos foi disponibilizada informação que permitisse quantificar o custo de aquisição e/ou valor corrente de mercado de tais bens. Adicionalmente, constatámos que o balanço em 31 de Dezembro de 2020 inclui terrenos e edifícios no montante líquido de 13.165.080 milhares de Kwanzas (2019: 13.336.220 milhares de Kwanzas) que foram objecto de revalorização, no exercício de 2007, com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, não estando disponíveis avaliações subsequentes que permitam concluir em que medida as quantias registadas se aproximam do custo corrente e/ou valor de mercado dos respectivos imóveis em 31 de Dezembro de 2020. Salienta-se, também, que não obtivemos evidência do registo dos terrenos e edifícios na Conservatória do Registo Predial. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir acerca dos potenciais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.
8. A demonstração de resultados relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 inclui rédito de vendas e de prestação de serviços no montante de 12.322.771 milhares de Kwanzas (2019: 16.715.906 milhares de Kwanzas) e os Resultados não operacionais incluem 4.776.593 milhares de Kwanzas relativos a provisões para cobranças duvidosas (2019: 7.076.636 milhares de Kwanzas). A prevalência histórica de elevados montantes de saldos incobráveis ou de cobrança duvidosa face ao rédito reconhecido em cada exercício, é explicada em larga medida por insuficiências nos processos e controlos relacionados com a facturação e cobranças. Atendendo que o Plano Geral de Contabilidade determina que o rédito não deve ser reconhecido quando existem incertezas sobre se os benefícios económicos associados a uma transacção irão fluir para a entidade e dada a insuficiência dos controlos da Empresa associados à verificação desta condição, não nos é possível concluir sobre os efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras.
9. A rubrica de “Contas a receber – Clientes”, em 31 de Dezembro de 2020, inclui uma diferença de 2.383.282 milhares de Kwanzas entre o balancete do razão geral e o detalhe das contas correntes resultante do respetivo aplicativo de gestão da facturação e das cobranças, a qual se afigura potencialmente desfavorável para a Empresa e não foi objecto de reconciliação e explicação apropriada. Adicionalmente, a rubrica de “Contas a receber” inclui também um saldo credor de 5.039.619 milhares de Kwanzas (2019: 2.316.463 milhares de Kwanzas), relativo a recebimentos de clientes que a Empresa não conseguiu identificar e/ou alocar às respetivas contas correntes. Dado que não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, não estamos em condições de concluir acerca dos potenciais efeitos destes assuntos nas demonstrações Financeiras.



10. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa desreconheceu um conjunto de activos e passivos relacionados com a Unidade de Negócios Infrasat, na sequência da desanexação prevista pelo Despacho Presidencial 209/17, de 20 Julho, e da extinção desta Unidade de Negócios determinada pelo Despacho 127/18, de 16 de Maio, cujo efeito se traduziu num crédito na rubrica de “Resultados transitados”, naquele exercício, no montante de 869.560 milhares de Kwanzas. Como parte desta operação, a Angola Telecom subscreveu uma participação de 40% no capital social da nova entidade INFRASAT Telecomunicações SA, desconhecendo-se a existência de contrapartida para a Empresa decorrente da referida desanexação ou da alienação prevista na alínea 3ª do Despacho Presidencial 209/17, de 20 Julho. Adicionalmente, com referência a 31 de Dezembro de 2020, o balanço evidencia um conjunto de saldos a receber e a pagar com a referida entidade que, na sua maioria, transitam do período anterior à referida desanexação e que totalizam, respectivamente, 2.622.981 milhares de Kwanzas (2019: 2.507.411 milhares de Kwanzas) e 487.809 milhares de Kwanzas (2019: 487.809 milhares de Kwanzas). A resposta obtida à confirmação de saldos por parte daquela entidade evidencia diferenças, potencialmente desfavoráveis para a Empresa, num montante líquido de 4.805.686 milhares de Kwanzas, as quais não foram objecto de reconciliação e/ou explicação apropriada. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir sobre os possíveis efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.
11. No contexto dos trabalhos de auditoria relacionados com a análise de saldos com entidades participadas pela Empresa, em particular a análise de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e outros procedimentos alternativos, foram identificadas diferenças líquidas em saldos evidenciados nas rubricas de “Contas a receber” e “Contas a pagar”, potencialmente favoráveis para a Empresa, nos montantes de 339.844 milhares de Kwanzas (2019: desfavoráveis no montante de 1.528.947 milhares de Kwanzas) e 1.000.524 milhares de Kwanzas (2019: desfavoráveis no montante de 547.923 milhares de Kwanzas), respectivamente, as quais não foram objecto de reconciliação. Adicionalmente, as rubricas de “Contas a receber” e “Contas a pagar” incluem os montantes de 6.868.588 milhares de Kwanzas (2019: 857.186 milhares de Kwanzas) e 4.980.639 milhares de Kwanzas (2019: 3.704.661 milhares de Kwanzas), respectivamente, relativamente aos quais não obtivemos resposta aos nossos pedidos de confirmação de saldos, nem foi possível obter informação suficiente e apropriada para executar procedimentos alternativos que nos permitissem aferir sobre a sua razoabilidade. Atendendo ao exposto, não estamos em condições de concluir sobre os possíveis efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras.
12. Em 31 de Dezembro de 2020, a Empresa apresenta, na rubrica de Investimentos em empresas subsidiárias e associadas, o montante de 7.598.763 milhares de Kwanzas (2019: 6.890.000 milhares de Kwanzas) correspondente ao custo histórico do investimento na sociedade Angola Cables, S.A., sendo que a informação disponível não nos permite concluir em que medida a quantia registada daquele investimento excede o seu valor de realização e, como tal, sobre a necessidade de registo de provisão para fazer face à eventual perda de valor. Adicionalmente, salientamos o facto de não termos obtido evidência que confirme, de forma inequívoca, a titularidade da participação financeira na referida sociedade e em outras empresas participadas, apresentadas como “Investimentos em empresas subsidiárias e associadas” (Nota 6 das demonstrações financeiras, totalizando um custo histórico de 24.000 milhares de Kwanzas) e “Outros activos financeiros” (Nota 7 das demonstrações financeiras, totalizando um custo histórico de 31.006 milhares de Kwanzas).
13. Em 31 de Dezembro de 2020, as Contas a pagar e as Provisões para outros riscos e encargos, incluem, respectivamente, 14.832.892 milhares de Kwanzas (2019: 12.178.580 milhares de Kwanzas) relativos a impostos e contribuições por pagar e 1.065.945 milhares de Kwanzas (2019: 1.300.257 milhares de Kwanzas) relativos à estimativa de responsabilidades com coimas e juros compensatórios pelo não pagamento de impostos, na sua maioria gerados em exercícios anteriores. Para além das dívidas fiscais acumuladas ao longo de diversos exercícios e das responsabilidades potenciais associadas ao não pagamento das mesmas, identificamos outros procedimentos contabilísticos e fiscais adoptados pela Empresa que entendemos serem suscetíveis de ser questionados pelas autoridades competentes e originar contingências ou responsabilidades que não foram quantificadas e que não se encontram provisionadas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.



## Opinião com reservas

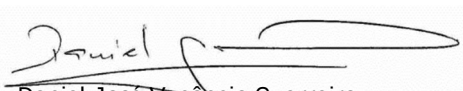
14. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 a 13 das “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa de Telecomunicações de Angola – Angola Telecom, E.P., em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

## Ênfase

15. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto dos capitais próprios serem negativos e do passivo corrente exceder o activo corrente em 165.585.430 milhares de Kwanzas, sem considerar os potenciais efeitos das matérias apresentadas nas Bases para Opinião com Reservas. Estas circunstâncias, aliadas aos aspectos discutidos na Nota 38 das demonstrações financeiras, indiciam a existência de uma incerteza significativa que pode colocar em causa a capacidade da Empresa em continuar o seu curso normal de negócios. Neste contexto, a continuidade da Empresa está dependente do apoio a prestar pelo Estado, e/ou da realização de futuras operações lucrativas.

Luanda, 30 de Maio de 2021

Ernst & Young Angola, Lda.  
Representada por:



Daniel José Venâncio Guerreiro  
(Perito Contabilista n.º 20130107)